



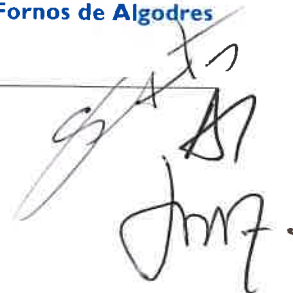
Associação de Promoção Social



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Versão	1					
Elaborado por	Direção					
Aprovado por	Assembleia geral			Em	29-03-2022	
Disseminado	Resp.	Direção, coordenadores, DT, GQ	Meio	Site, reuniões.	Dest.	Todos
Entrada em Vigor	N.A.					
Próxima Revisão	N.A.					

CONVOCATÓRIA



**Promover o bem estar,
fomentar a inclusão.**

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE FORNOS DE ALGODRES

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do nº 2, alínea b) do artigo 27º, do Capítulo III, secção II dos Estatutos da Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, IPSS, pessoa coletiva nº 501799290, com sede na Avª 25 de Abril, em Fornos de Algodres, convoco todos os Associados, no pleno gozo dos seus direitos, a reunir, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 29 de Março de 2022, pelas 17h30, no Auditório da Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, sito na Rua de S. Miguel Nº 9, em Fornos de Algodres, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
2. Discussão e aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2021, apresentados pela Direção, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
3. Outros assuntos de interesse geral para a Associação.

Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos Associados, a Assembleia Geral reunirá, em segunda convocatória, meia hora depois com qualquer número de associados.

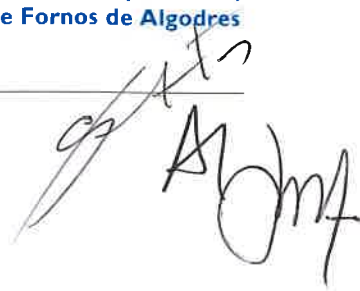
Fornos de Algodres, 11 de Março de 2022

O Presidente da Assembleia Geral



(Agostinho Gomes Amaral Freitas)

Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS
Instituição de Utilidade Pública - In Diário da República III Série, 06-02-1989
NIPC 501 799 290



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	7
CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	9
SERVIÇOS E PROGRAMAS	10
POLÍTICA ORGANIZACIONAL	14
O NOSSO VALOR, A NOSSA MARCA	15
INDICADORES DE IMPACTO DA ORGANIZAÇÃO	17
CLIENTES	19
Intervenção individual	22
Empowerment e autodeterminação	23
Avaliação de satisfação de clientes/significativos	25
RECURSOS HUMANOS	27
Avaliação de desempenho de colaboradores e sistema de recompensas	29
Avaliação de satisfação de colaboradores	30
Avaliação de motivação de colaboradores	31
Formação contínua	32
ABRANGÊNCIA E PARCERIAS	33
BARREIRAS E LIMITAÇÕES AOS SERVIÇOS	34
INOVAÇÃO	36
RESULTADOS OPERACIONAIS DO PROGRAMA DE AÇÃO DE 2021	37
INFORMAÇÃO FINANCEIRA 2021	39
ANEXOS	
1. Relatório de gestão 2021	
2. Anexo ao balanço e demonstrações financeiras	
3. Parecer do Conselho Fiscal	



NOTA INTRODUTÓRIA

Desafio, resistência, resiliência, insistência têm sido palavras de ordem, nestes anos atípicos que têm assolado a nossa sociedade. Esta organização tentou ser luz na vida de todos os seus utilizadores para combater e amenizar os efeitos da pandemia que se fizeram sentir, com o mote arranjar soluções sem nunca deixar ninguém para trás. O espírito de missão de todos os colaboradores firmaram o nosso lema “Promover o bem-estar; fomentar a inclusão” e possibilitaram a intervenção mesmo em alturas consideradas de risco. Não podemos deixar de salientar a vontade de aproveitar oportunidades e conseqüentemente explorar novos caminhos o que nos levou, no ano 2021, a iniciar projetos inovadores que são uma mais-valia para a comunidade.

O ano 2021 continuou a ser um ano marcado predominantemente pelos efeitos da pandemia, embora amenizados pela administração de vacinas aos clientes e colaboradores, o que permitiu alguma tranquilidade face ao vírus. De qualquer modo continuou a ser um ano de alguma dificuldade principalmente na gestão de recursos humanos, fruto das sucessivas ausências de colaboradores por isolamentos. Vimos muitas atividades ficarem sem efeito devido às restrições impostas, mas mantivemos a nossa resiliência e continuámos a trilhar o caminho a que nos propusemos.

Não obstante todas as dificuldades sentidas neste e no ano anterior, no último quadrimestre de 2021, a APS obteve parecer positivo por parte da auditora externa, para a revalidação da certificação EQUASS – Assurance. Um importante incentivo numa fase em que todos os colaboradores almejam por algo positivo. A auditora enalteceu o trabalho realizado por esta organização em prol da inovação tendo mesmo referido que não são muitas as IPSS que têm um nível tao elevado de envolvimento com a área da inovação.

Importa salientar que a APS continua a apoiar-se em quatro perspetivas, baseadas numa metodologia de gestão empresarial estratégica:

1. **Público estratégico:** com ele definiremos quais os objetivos que temos de atingir, para termos sucesso, e para cumprirmos a nossa missão, do ponto de vista de todas as partes interessadas de que os colaboradores são a fatia mais importante. Para isso pretendemos **designar ou realçar funções das pessoas** mais importantes no planeamento ou desenvolvimento das nossas ideias e orientações, envolvendo colaboradores, clientes/significativos, fornecedores, parceiros ou até concorrentes.
2. **Clientes:** eles são a base da existência da APS, e para cumprirmos a nossa missão, e atingirmos a nossa visão, temos que saber como poderemos satisfazê-los de modo a que o seu número cresça de forma sustentada, levando-os à **procura dos nossos serviços**.
3. **Processos:** para satisfazermos os nossos clientes devemos organizar os processos internos, bem como prestar **um serviço de excelência** e como devemos adaptar a nossa estrutura organizacional, para um controlo mais eficaz dos recursos.
4. **Recursos:** para alcançar a nossa visão, devemos saber como e com quem é que a APS pode aprender e melhorar, desenvolvendo e alinhando os fatores humanos e todos os restantes recursos com o que

melhor a concorrência faz. Replicaremos os bons exemplos e **estabeleceremos parcerias** que possam efetivamente ser uma mais-valia na expansão da atividade da instituição e potenciando o seu carácter regional.

Por fim, consideramos que, apesar de todas as dificuldades, foi um ano proveitoso, em que só não se fez melhor, muitas vezes, por fatores alheios às nossas próprias vontades.

A Direção:

José Fernando Almeida Tomaz

José Aurélio Marques Veiga

Lúcio Ribeiro Lopes

Pedro Miguel Monteiro Bidarra

Américo Dias Almeida Feio



CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, fundada em 1987, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com utilidade pública e certificada pelo nível I do referencial da qualidade EQUASS, que tem como principais objetivos:

- a) Contribuir para a melhoria de condições de vida e bem-estar da população, através de iniciativas e empreendimentos que apoiem a infância e juventude, incluindo crianças e jovens em situação de risco; famílias; pessoas idosas; pessoas com deficiência e incapacidade; pessoas com doença mental; apoio à integração social e comunitária; proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade de trabalho.
- b) Planificar, promover, desenvolver, participar e gerir atividades sociais, culturais, desportivas, recreativas, beneficência, radiodifusão, formação e aperfeiçoamento profissional;
- c) Promover atividades inovadoras e integradoras nas tecnologias da informação e comunicação, igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, bem como a eliminação de todas as formas de discriminação no exercício das atividades.

Secundariamente, a APS propõe-se desenvolver os seguintes objetivos:

- a) Promover a proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- b) Desenvolver outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores dos objetivos principais e secundários, desde que contribuam para efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;
- c) Desenvolver atividades ecológicas e de preservação do meio ambiente;
- d) Organizar colóquios, conferências, seminários, assim como apoio na organização de processos e prestação de serviços para a execução dos objetivos atrás referidos.

SERVIÇOS E PROGRAMAS

Polo da infância e juventude

- Creche: destina-se a acolher crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 3 anos, apostando no desenvolvimento integral das crianças, em estreita relação com os pais, estando atentos a qualquer dificuldade que se manifeste.
- Centro de atividades e tempos livres (CATL) jardim de infância e 1º ciclo: esta resposta social atua ao nível do jardim-de-infância (3 aos 6 anos) e do 1º ciclo (6 aos 10 anos) em separado. O CATL funciona a tempo parcial e visa essencialmente o prolongamento do horário de funcionamento escolar. Encontra-se disponível, a tempo inteiro, na altura de interrupções letivas (férias de Carnaval, Páscoa, Verão e Natal).

Polo da Diferença

- Centro de atividades ocupacionais: pretende dar resposta na área da deficiência, a pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, portadores de deficiência congénita ou adquirida. Proporciona aos seus utilizadores um leque de atividades diversificadas, bem como um acompanhamento multidisciplinar que através de intervenções grupais ou individualizadas, visam essencialmente a qualidade de vida e bem-estar bem como a inclusão social das pessoas que a ele recorrem.
- Centro de Recursos para a Inclusão: tem como principal objetivo “apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidade, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo, em parceria com as estruturas da comunidade”. Atualmente dá apoio aos Agrupamentos de escolas de Fornos de Algodres, Mangualde, Celorico da Beira e Penalva do Castelo.



Polo da 3ª idade

- Centros de dia (Fornos de Algodres; Algodres e Queiriz): proporcionam, durante o dia, a satisfação de necessidades, potencialidades e expectativas dos seus clientes, conservando-os no meio familiar e social, melhorando a qualidade de vida das pessoas idosas.
- Centros de noite (Muxagata e Queiriz): estes equipamentos sociais permitem o acolhimento noturno e encontram-se dirigidos a pessoas idosas com autonomia que, durante o dia, permanecem no seu domicílio e que por algum motivo necessitam de acompanhamento durante a noite.
- Serviço de apoio domiciliário: tem como principal objetivo auxiliar os idosos no seu contexto sociofamiliar, garantindo-lhes a continuidade da vida familiar, nas situações de doença ou impossibilidade de outra ordem, ou indisponibilidade familiar, que habitualmente garantam os cuidados do lar. O SAD encontra-se disponível nas localidades de Fornos de Algodres, Infias, Algodres, Rancosinho, Cortiço, Juncais, Vila Soeiro e Queiriz.
- Lar (Sta. Teresa): Constitui uma resposta social desenvolvida em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco (ou não) de perda de independência e/ou de autonomia. Constituem-se como principais objetivos: atender e acolher pessoas idosas cuja situação social, familiar, económica e/ou de saúde, não permita resposta alternativa; proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos residentes.

Polo da inserção socioprofissional

- **Formação Profissional:** esta organização desenvolve formação financiada e não-financiada. Ao nível da primeira destacam-se os cursos do POI SE da tipologia de operação 3.01 – Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade. Esta organização pretende, através da formação, assegurar uma educação de base onde o espírito criativo e a curiosidade intelectual sejam estimulados de forma a promover o aumento das competências pessoais e profissionais da população.
- **Gabinete de Inserção Profissional:** este gabinete encontra-se a funcionar em estreita parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e suporta a atuação deste no desenvolvimento de atividades que contribuem para a inserção ou reinserção profissional de desempregados. O principal objetivo deste gabinete é apoiar os desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, bem como as entidades empregadoras no que diz respeito a apoio técnico e financeiro.



Programas/projetos

- Centro de Apoio à Vida Independente - CAVI: o Modelo de Apoio à Vida Independente – MAVI, materializa-se através da criação de Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), estruturas responsáveis pela disponibilização de assistência pessoal às pessoas com deficiência (nº 1 do Artigo 20º do Decreto-Lei nº 129/2017, de 9 de outubro). A implementação do MAVI concretiza-se com a disponibilização de assistência pessoal, através de Centros de Apoio à Vida independente (CAVI). A assistência pessoal corresponde a um serviço especializado de apoio à vida independente, através do qual é disponibilizado apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade para a realização de atividades que, em razão das limitações decorrentes da sua interação com as condições do meio, esta não possa realizar por si própria.
- Incorpora La Caixa: o programa Incorpora surgiu em 2006, impulsionado pela Obra Social "la Caixa", com o desafio de melhorar a integração socio-laboral das pessoas em situação ou em risco de exclusão social, gerando oportunidades de ocupação na empresa ordinária com apoio e seguimento por parte do pessoal técnico do Programa. Trata-se de um programa de intermediação que combina de forma ótima as necessidades do tecido social e empresarial, para assegurar o êxito da inserção laboral na empresa por parte das pessoas beneficiárias do Programa. Está em clara sintonia com o objetivo específico de luta contra a pobreza e a exclusão social estabelecido nos programas-quadro da União Europeia e dos Estados-membros, no âmbito das políticas sociais, já que a inserção laboral promove a inclusão social.
- NeuroCEDE (+ COESO): o Centro Especializado em Demências e Envelhecimento, consiste num projeto que se encontra a ser desenvolvido na APS desde janeiro de 2021, contando com o apoio financeiro do programa + COESO. o projeto NeuroCEDE pretende intervir de forma especializada e humanizada ao nível da qualidade de vida das pessoas com demência, respondendo à ausência, neste território, de soluções direcionadas para o diagnóstico e intervenção. Através de uma equipa multidisciplinar pretendemos atuar sobre o prognóstico da doença de forma individualizada, através da intervenção neurofuncional, social, emocional, psicológica e psicoeducativa. Os destinatários deste projeto, são pessoas idosas e não idosas que estejam a vivenciar um processo de Comprometimento Cognitivo Leve ou Demência e pessoas com 65 anos, ou mais, a vivenciar um processo de envelhecimento não patológico, com 2 ou mais fatores de risco para o desenvolvimento de quadros demenciais.

POLÍTICA ORGANIZACIONAL

A nossa visão...

- A APSCDFA pretende ser uma organização de referência a nível regional na dinamização de atividades integradoras, sustentáveis, solidárias e inovadoras em contexto rural, tendo em conta os vários estratos populacionais que constituem a nossa envolvente.

A nossa missão...

- Promover o bem-estar; fomentar a inclusão.

O nosso compromisso...

- *Qualidade:* do ponto de vista da Associação, a qualidade associa-se à conceção e desenvolvimento de um serviço que vá ao encontro das necessidades e especificidades dos clientes. Do ponto de vista do cliente, a qualidade está associada ao valor e à utilidade reconhecida do serviço, estando em alguns casos ligada ao preço do mesmo.
- *Ousadia:* procuramos e promovemos soluções inovadoras e integradoras, que fomentem as melhores soluções para os nossos clientes, antecipando e acompanhando as mudanças da sociedade.
- *Responsabilidade/Compromisso:* pretendemos o cumprimento dos deveres e obrigações dos nossos colaboradores e organização para com a sociedade em geral, promovendo desta forma, uma sociedade mais justa e inclusiva.
- *Ética:* pretendemos a defesa e o respeito pelas diferenças existentes na nossa comunidade, atuando num princípio de igualdade e de não discriminação. Promovendo ainda a individualidade de cada um, através da defesa da privacidade, confidencialidade e integridade das partes interessadas.
- *Cooperação:* partilhamos competências e recursos, mobilizando-os de forma a apresentar soluções ajustadas aos nossos clientes, num ambiente de parceria e trabalho em rede.

A nossa política da qualidade...

- APSCDFA está fortemente comprometida com a implementação da qualidade e melhoria contínua dos seus serviços e do seu ambiente organizacional, certos de que a excelência se atinge com o contributo, participação e satisfação de todas as partes interessadas.



O NOSSO VALOR, A NOSSA MARCA...

A Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres exerce a sua atividade baseada na sua missão, assente em valores que constituam uma mais-valia para os seus clientes, significativos, colaboradores, parceiros e comunidade em geral. A sua vasta rede de suporte distribuída pelos vários polos que apoiam diversos públicos-alvo constitui-se por si só como um grande valor acrescentado para toda a comunidade, atendendo o vasto conjunto de respostas para as situações sociais.

→ Valor acrescentado para clientes/significativos/utilizadores dos serviços:

- Disponibilização de uma equipa multidisciplinar, com oferta de um alargado leque de serviços e atividades, permitindo uma intervenção holística e contínua;
- Vasta rede de transportes que serve todo o concelho e também concelhos limítrofes, o que permite cobertura de uma ampla região, contribuindo positivamente para o combate ao isolamento;
- Intervenção holística, gerida de acordo com necessidades, potencialidades e expectativas de clientes e/ou significativos;
- Constante procura por intervenção e atividades inovadoras, que possam representar uma mais-valia para os clientes;
- Procura constante por respostas cada vez mais adequadas aquilo que os clientes e/ou significativos necessitam;
- Grande cariz solidário que acolhe frequentemente problemáticas de clientes e significativos de modo a encontrar uma resposta que seja eficaz.

→ Valor acrescentado para colaboradores:

- Desenvolvimento contínuo do seu staff, através de ações de formação nas diversas áreas e acompanhamento no desenvolvimento do trabalho quotidiano.
- Promoção de espírito participativo, através da valorização das sugestões do seu staff;
- Integrar uma equipa dinâmica e em constante melhoria;
- Apoio da chefia direta;
- Procedimento de reconhecimento de colaboradores, mediante bom desempenho ao nível anual;
- Quadro de RH com alguma estabilidade, sem grandes oscilações.

→ **Valor acrescentado para entidades parceiras e/ou financiadoras:**

- A APS encontra-se fortemente comprometida com os seus parceiros e/ou financiadores, na medida em que procura acolher as sugestões de melhoria facultadas pelos mesmos, de modo a tornar a sua intervenção cada vez mais adaptada às necessidades e consequentemente aumentar o valor acrescentado para os seus parceiros e/ou financiadores.
- A comunicação que permite uma maior interligação com os parceiros e consequentemente a abrangência de serviços, sob forma de uma resposta mais adaptada.
- Valorização dos contributos das entidades parceiras, através do sistema de participação existente.

→ **Valor acrescentado para a comunidade:**

- Disponibilização de várias respostas sociais, com um âmbito de atuação muito variado, que permite o apoio a praticamente todo o ciclo vital humano.
- Formação profissional disponível que permite abranger desempregados e ativos que pretendam aumentar o seu nível de qualificação.
- Participação de colaboradores da APS em organismos do concelho, nomeadamente CLAS, NLI e CPCJ, o que permite um conhecimento mais abrangente do concelho, bem como uma oferta de serviços mais adequada.
- Disponibilização de meios humanos e materiais para a distribuição dos alimentos às famílias carenciadas no âmbito do Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados.
- Consciente do impacto que esta organização tem no concelho e de modo a potenciar a economia local, a APS tem em atenção a escolha de fornecedores, dando preferência, sempre que possível, aqueles que são do concelho.
- Os permanentes diagnósticos de necessidades da organização, permitem ter uma noção mais exata em termos sociais, bem como identificar e encaminhar situações de risco social na comunidade.
- A organização encontra-se aberta à comunidade, aceitando e valorizando opiniões/sugestões que possam contribuir para a melhoria contínua do seus serviços e/ou intervenção.

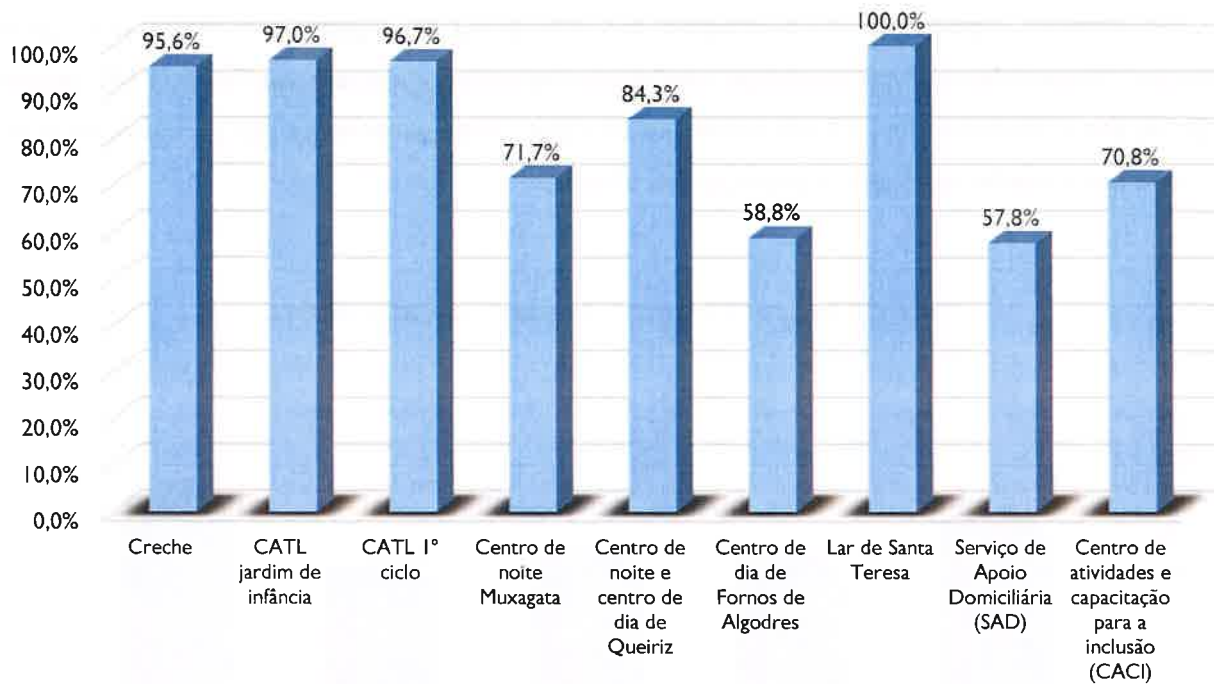
INDICADORES DE IMPACTO DA ORGANIZAÇÃO

No presente capítulo analisaremos alguns dos indicadores de impacto com maior importância na organização. Damos ênfase por nos possibilitar uma leitura mais realista e ajustada daquilo que a APS desenvolve ao longo do ano, traduzindo esta intervenção em números que, conseqüentemente, nos permitam aferir se nos encontramos no caminho certo para a obtenção dos objetivos.



Relativamente à taxa de execução do programa de ação e orçamento para o ano 2021 situa-se nos 76,1%, sendo para nós um resultado muito bom, até mesmo quando comparado aos anos anteriores. Salienta-se que o programa de ação e orçamento de 2021 já teve em conta, aquando da sua elaboração, o contexto pandémico. Consideramos que, embora ambicioso, foi um programa tangível e a organização conseguiu, apesar de tudo, alcançar importantes objetivos, não obstante as dificuldades que houve na gestão de Todas as variáveis influenciadas pela pandemia.

Taxa de execução do plano de atividades socioculturais das respostas sociais



No que concerne às atividades disponibilizadas pelas diversas respostas sociais da organização, estas foram as taxas de execução respetivas. As respostas sociais que têm as suas taxas de execução mais baixas, foram respostas sociais que estiveram a funcionar com muitas restrições e viram algumas atividades canceladas por questões relacionadas com gestão de RH e aumento de normas de segurança entre respostas sociais, ou seja, a equipa multidisciplinar que por norma roda entre estas respostas sociais esteve menos itinerante para que fosse diminuído o risco de contágio.

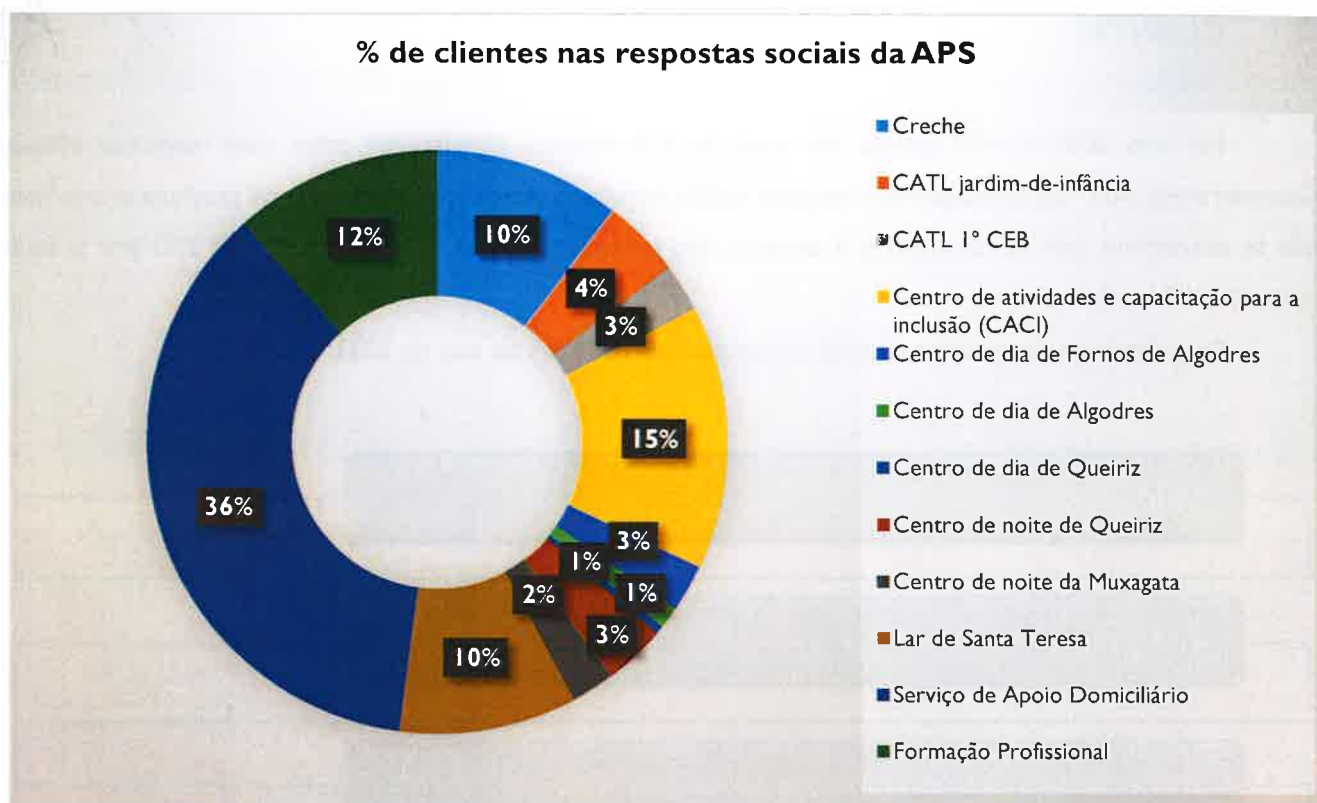
Comparativamente ao ano 2020 todas as respostas sociais viram a sua taxa de execução aumentar. Até porque os planos de atividades socioculturais de 2021 já foram construídos à luz da pandemia. Em termos gerais no ano 2020 a taxa geral do plano de atividades estava nos 50,4% e no ano 2021 subiu para 81,4%.

CLIENTES

No ano 2021, a APS apoiou um total de 413 clientes, distribuídos pelas suas respostas sociais. Consideramos para esta contagem as respostas sociais regulares, sendo que os clientes de projetos provisórios não se encontram aqui contabilizados, à exceção dos projetos de formação da tipologia da 3.01 por já fazer parte da APS há muitos anos.

Seguidamente destacamos o perfil destas pessoas apoiadas no ano de 2021:

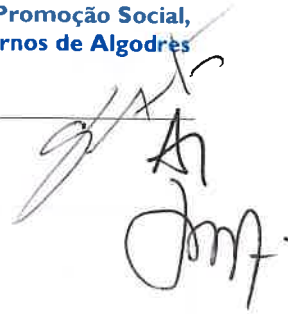




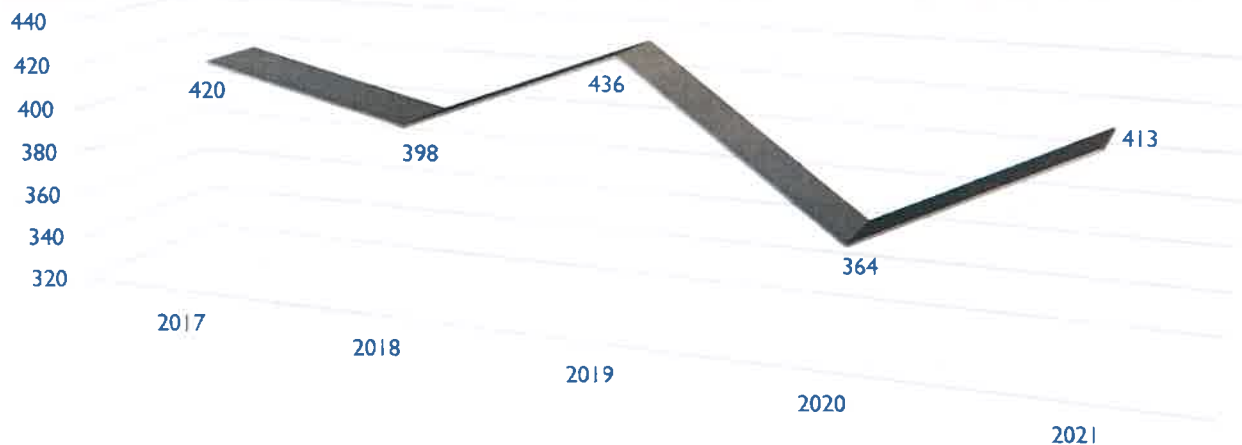
O gráfico acima demonstra a % de clientes servidos no ano 2021 nas diversas respostas sociais, onde se pode verificar que 56,4% dos mesmos estão inseridos em respostas sociais do polo da terceira idade.

Resposta social	2017		2018		2019		2020		2021	
	N.º clientes	%	N.º clientes	%	N.º clientes	%	N.º clientes	%	N.º clientes	%
Creche	39,0	9,3	33,0	8,3	41,0	9,4	38	11,1	43	10,4
CATL jardim-de-infância	18,0	4,3	11,0	2,8	18,0	4,1	17	5,0	18	4,4
CATL 1º CEB	21,0	5,0	20,0	5,0	20,0	4,6	16	4,7	11	2,7
CACI	58,0	13,8	55,0	13,8	56,0	12,8	46	13,5	60	14,5
CD de Fornos de Algodres	19,0	4,5	17,0	4,3	18,0	4,1	9	2,6	11	2,7
CD de Algodres	12,0	2,9	10,0	2,5	8,0	1,8	5	1,5	5	1,2
CD de Queiriz	7,0	1,7	6,0	1,5	3,0	0,7	2	0,6	2	0,5
Centro de noite de Queiriz	16,0	3,8	13,0	3,3	14,0	3,2	12	3,5	14	3,4
Centro de noite da Muxagata	14,0	3,3	14,0	3,5	14,0	3,2	8	2,3	10	2,4
Lar de Santa Teresa	38,0	9,0	37,0	9,3	34,0	7,8	28	8,2	41	9,9
Serviço de Apoio Domiciliário	145,0	34,5	132,0	33,2	153,0	35,1	131	38,4	150	36,3
Formação Profissional	33,0	7,9	50,0	12,6	57,0	13,1	52	15,2	48	11,6
TOTAL	420	100%	398	100%	436	100%	364	100%	413	100%

Já o quadro acima mostra um comparativo anual de clientes servidos, onde se mostra alguma retoma na circulação de clientes.



Comparativo anual do n.º de pessoas servidas



O gráfico acima demonstra a tendência ao nível de clientes servidos nas diversas respostas sociais da APS. Quando falamos em clientes servidos podemos estar a referir-nos não só aos clientes ativos mas também a clientes que estiveram connosco em 2021 mas que, atualmente podem já não estar por diversas razões. Assim estes números interessam-nos para termos noção da população que abrange esta organização. Mais uma vez, salientar que estes números podem não refletir a taxa de ocupação nos serviços.

Outros projetos/serviços		N	%
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Fornos de Algodres	532	34,7
	Celorico da Beira	784	51,1
Centro de Recursos para Inclusão (CRI)	Fornos de Algodres	19	1,2
	Celorico da Beira	22	1,4
	Mangualde	10	0,7
	Penalva do Castelo	4	0,3
INCORPORA		38	2,5
Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI)		19	1,2
NeuroCEDE		11	0,7
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)		94	6,1
	Total	1533	100,0

O quadro acima demonstram o número de pessoas servidas pelos projetos/serviços que se encontram ao dispor na APS. É um número muito significativo que evidencia o papel desta organização na comunidade.

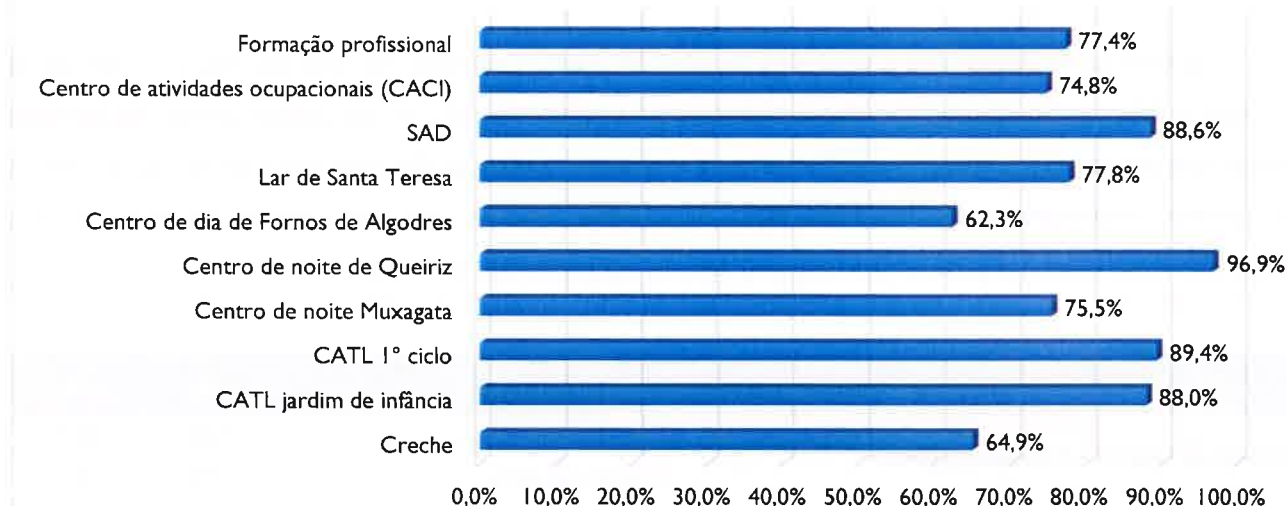
Intervenção individual

Um dos focos desta organização é intervenção individual dos clientes. Pretende-se acima de tudo que as pessoas criem um projeto de vida significativo, que vá ao encontro das suas necessidades, potencialidades e expectativas e por fim possa melhorar o seu nível de qualidade de vida.

Assente no modelo de qualidade de vida de Schalock, os planos individuais revestem-se de especial importância pois são eles que servem de *guidelines* para a sua própria intervenção. Nesta fase, a organização pretende dar o salto no sentido de analisar o modelo em uso e verificar a sua pertinência em todas as faixas etárias, estando em aberto a hipótese de se vir a alterar o modelo, tendo em conta a população-alvo.

Contudo o caminho da melhoria, faz-se caminhando e ajustando-nos cada vez mais e melhor às diversas realidades das respostas sociais.

Taxa de execução dos planos individuais 2021



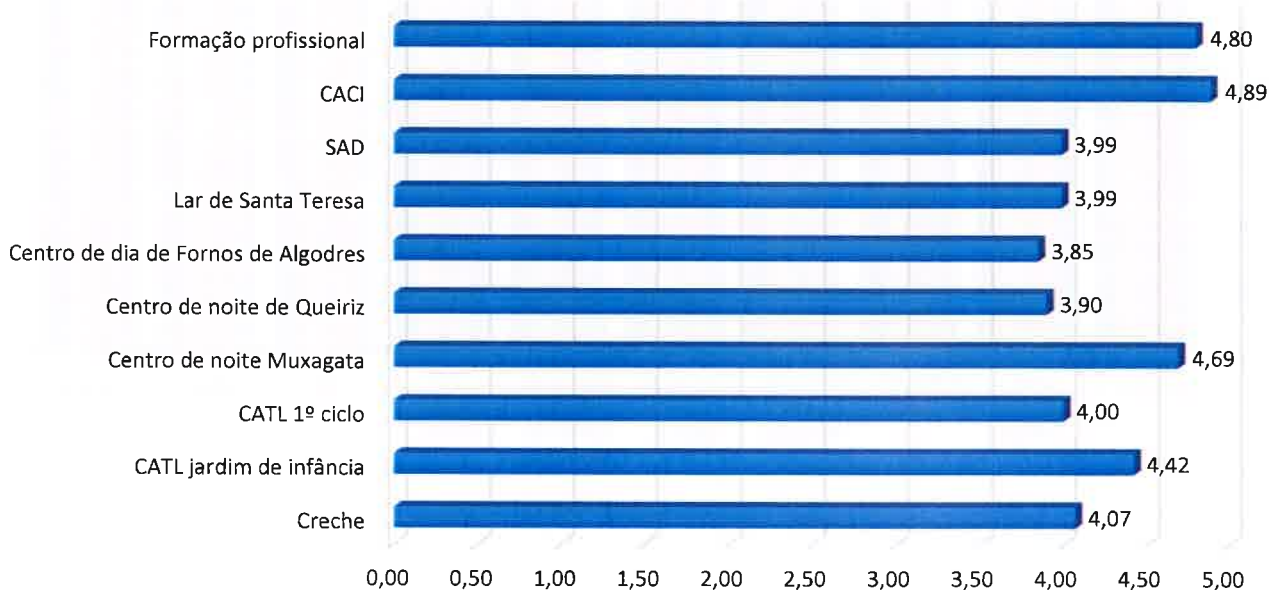
Os resultados obtidos nos planos individuais em 2021, tal como demonstra o gráfico acima, encontram-se dentro do expectável, sendo os resultados menores, nas respostas sociais que tiveram maiores condicionantes decorrentes das normas da pandemia. Salienta-se que a intervenção individual conta com uma equipa multidisciplinar que se desloca às diversas respostas sociais de modo a podermos promover uma intervenção holística mas, tal como já foi referido, no ano 2021 esta rotatividade de técnicos não foi constante, tendo sido, por diversas vezes, interrompida em virtude dos surtos, novas regras da DGS que iam saindo ao longo do ano. Consideramos, portanto, que são resultados bons e acreditamos que os mesmos possam melhorar assim que o contexto comece a estabilizar.



Empowerment e autodeterminação

O *empowerment* refere-se ao processo de obtenção de oportunidades básicas para os clientes, quer diretamente pelos próprios, quer através da ajuda de terceiros que partilham o seu próprio acesso a essas oportunidades. Inclui igualmente a capacitação dos mesmos no sentido de rejeitarem ativamente as tentativas de limitação de acesso a essas oportunidades. Para esta organização este é um dos motes da sua intervenção. A APS pretende através das suas metodologias e estratégias de intervenção, encorajar e desenvolver as capacidades de permitam a autossuficiência, com vista a eliminar futuras necessidades de caridade ou beneficência em indivíduos do grupo.

Nível de satisfação dos clientes com empowerment e autodeterminação



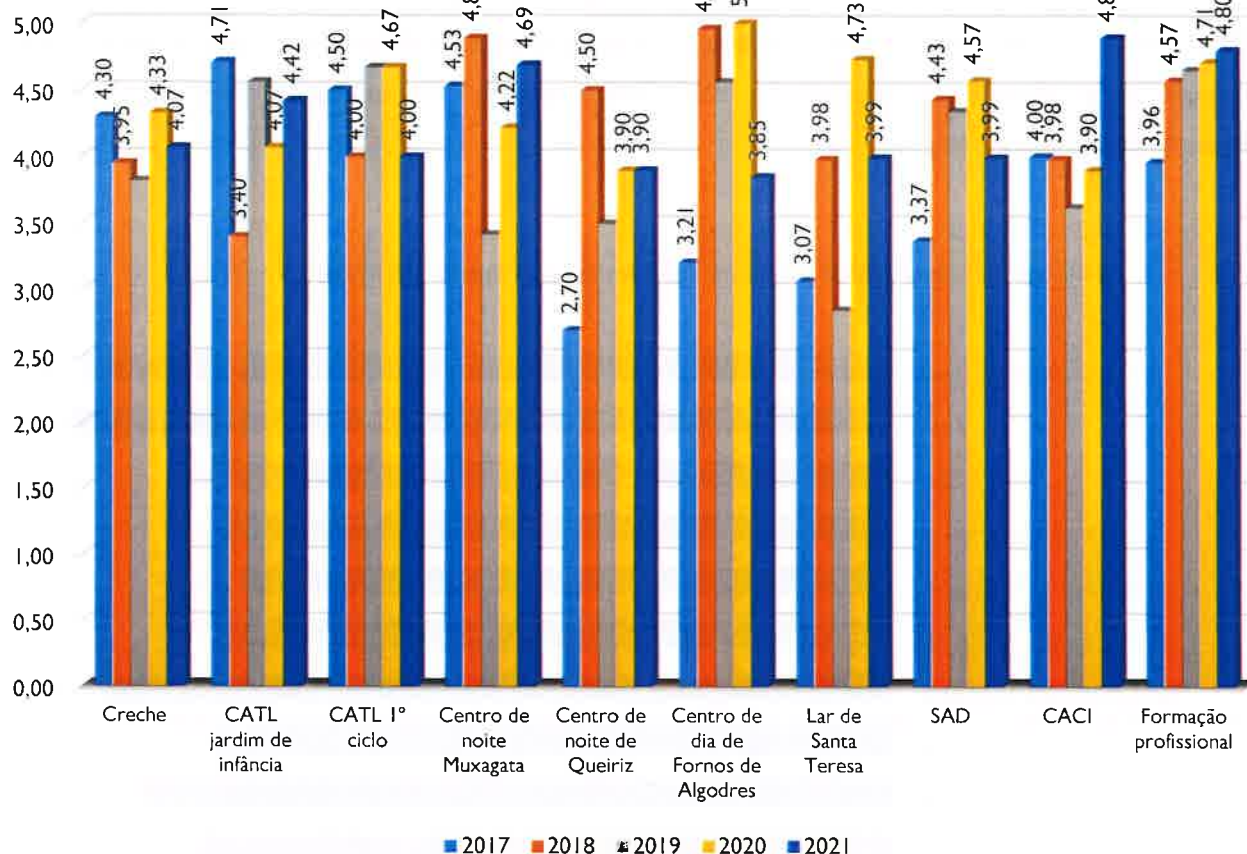
Quando falamos em intervenção individual não podemos deixar de fazer ligação às questões relativas ao *empowerment* e à autodeterminação dos clientes. Exatamente por consideramos e queremos que as nossas respostas sociais tenham um contexto empoderador para que os nossos clientes demonstrem a sua autodeterminação, medimos a satisfação de clientes nesse sentido.

A autodeterminação dos clientes é um fator preponderante no sucesso da intervenção individual dos mesmos, que se traduz no modo ativo do cliente no seu percurso de desenvolvimento. Daí a necessidade de envolver os clientes no seu plano individual.

Consideramos que desde que implementamos esta forma de intervenção participativa os clientes têm vindo progressivamente a ficar mais exigentes, o que explica muitas vezes o facto de termos tido taxas maiores

há algum tempo atrás. Agora consideramos que os clientes se têm vindo a tornar mais interventivos e autodeterminados no seu percursos nas respostas sociais.

Comparativo anual - empowerment e autodeterminação



De modo a podermos balizar um pouco melhor os resultados das taxas de satisfação com o *empowerment* e autodeterminação do ano 2021, anteriormente apresentados, apresentamos o gráfico acima com os comparativos dos últimos 5 anos. Salientamos que houve maior dificuldade em termos de intervenção no ano 2021 pois foi o ano em que os recursos humanos foram mais afetados em algumas respostas sociais. Daí que temos algumas descidas no nível de satisfação. Não podemos deixar de apontar ainda a exaustão geral relativa às medidas e imposições de medidas restritivas da pandemia.

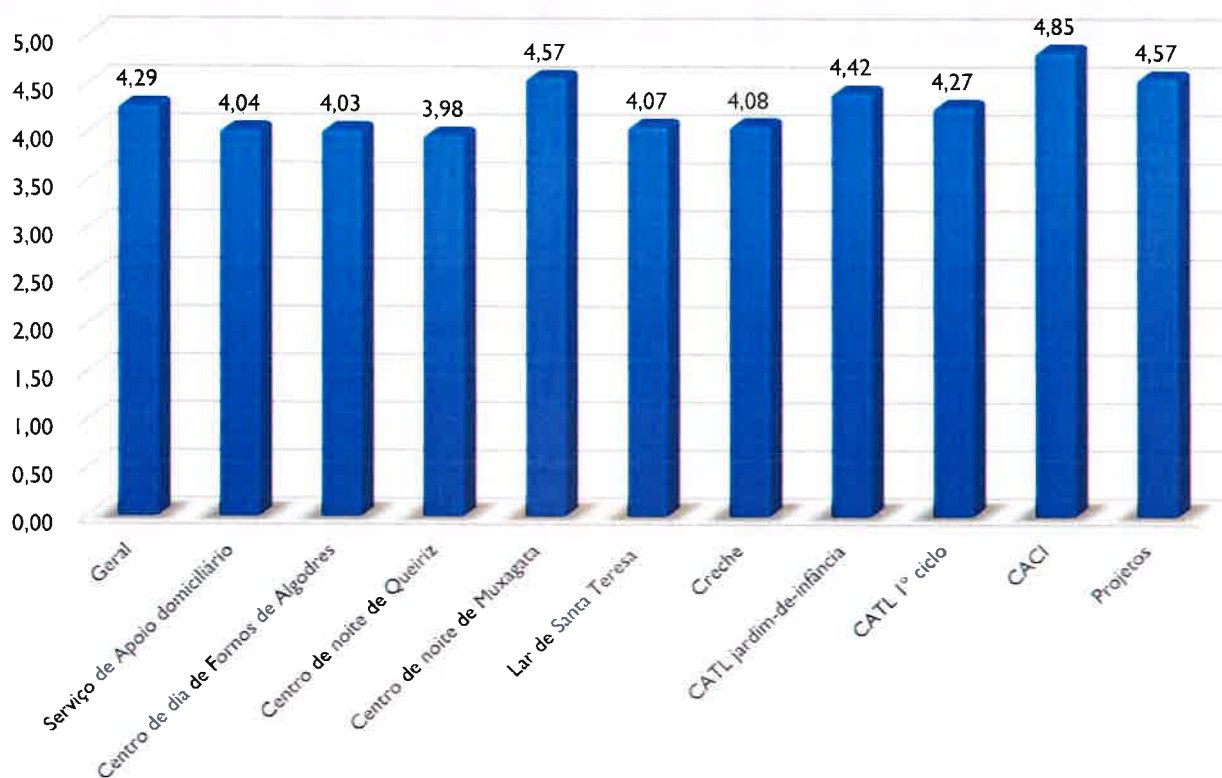


Avaliação de satisfação de clientes/significativos

Tal como é habitual todos os anos se faz a avaliação de satisfação anual desta organização. Recorde-se que este procedimento foi instituído desde 2012 e visa verificar o nível de satisfação dos clientes, significativos e parceiros desta organização. Continuamos a crer que este tipo de iniciativas visam sobretudo trilhar o caminho da melhoria contínua, e daí a importância do feedback pedido a todos os intervenientes.

É importante recordar que a avaliação de satisfação é encarada por esta organização como uma importante ferramenta de avaliação de serviços, participação e envolvimento com a organização.

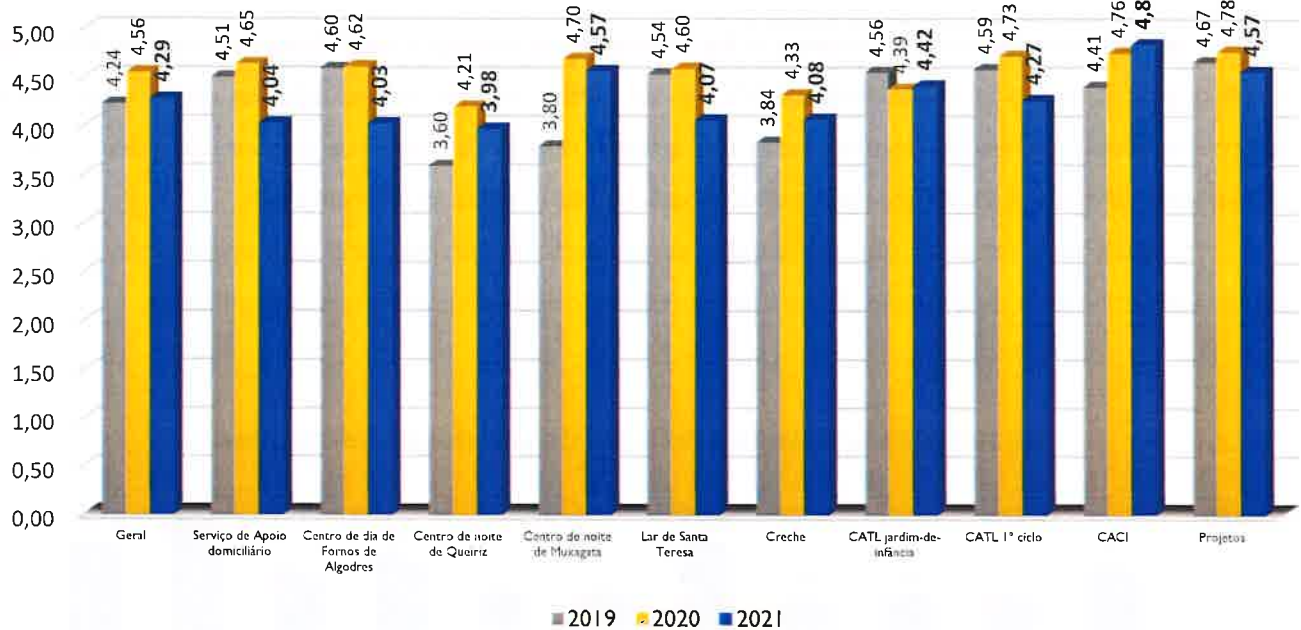
Resultados anuais da avaliação de satisfação de clientes



De acordo com os resultados obtidos verifica-se que a avaliação de satisfação encontra-se no nível 4,29, qualitativamente considerado Bom.

Consideram-se por isso bons resultados, num ano igualmente atípico ao anterior, mas onde se verifica já algum “cansaço pandémico”, num em que, tal como já referimos, continuou a haver algumas alterações ao nível dos serviços.

Comparativo anual da taxa de satisfação de clientes



No comparativo podemos verificar que no ano 2021 houve um decréscimo geral na taxa geral da avaliação de satisfação dos clientes. Consideramos que esta situação em termos gerais se deve ao aumento do cansaço pandémico de clientes/significativos e mesmo dos colaboradores. Foi um ano novamente pautado por muitas alterações aos serviços decorrentes de muitas baixas de colaboradores, surtos, necessidade de alteração/redução de serviços e de atividades. Pelos comentários de alguns clientes podemos verificar que começam a sentir-se sozinhos e com necessidade de convívio e de uma vida com menos restrições.

RECURSOS HUMANOS



A 31 de dezembro de 2021, a APS contava com 77 colaboradores efetivos nos seus quadros de pessoal, menos 2 do que em igual período do ano anterior. Salienta-se ainda, que esta organização, teve no ano 2021, 23 pessoas que estiveram ao serviço da APS através de medidas e/ou voluntariado e ainda 28 pessoas em regime de prestação de serviços, estando a maior parte destes últimos afetos à formação profissional. Pode-se verificar, por isso, que são números muito significativos no que diz respeito ao recursos humanos, pois o seu somatório dá um total de 128 colaboradores.

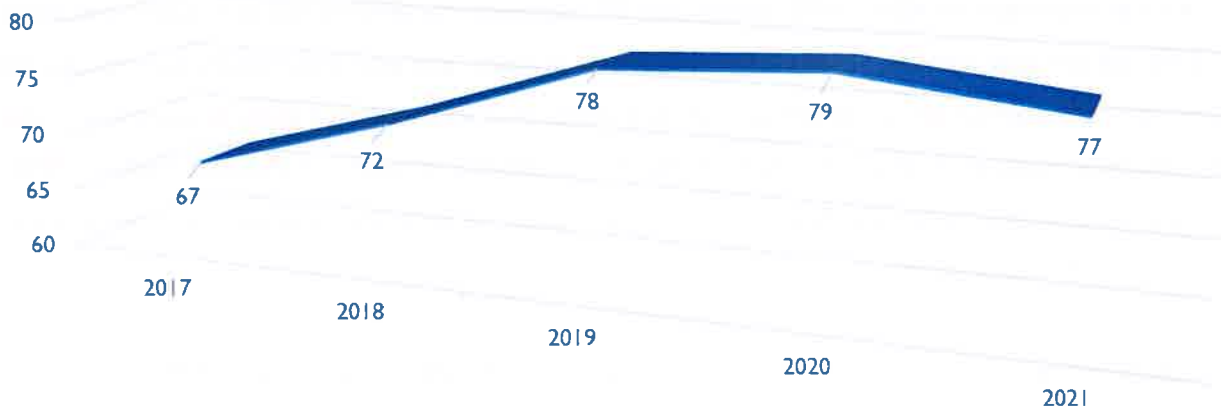
Seguidamente apresentamos o perfil dos colaboradores com vínculo contratual da APS.



Os colaboradores da APS são maioritariamente do sexo feminino e quase metade (48,1%) situam-se na faixa etária dos 25 aos 44 anos. Salienta-se ainda que 3,9% dos colaboradores estão nos 65 ou mais anos, o que significa que estão próximos da idade da reforma e ainda 24,7% estão na faixa etária dos 55 aos 64 anos. Pode verificar-se por isso que o quadro tem uma % significativa de pessoas acima dos 55 anos, o que poderá ajudar a explicar as taxas de absentismo.

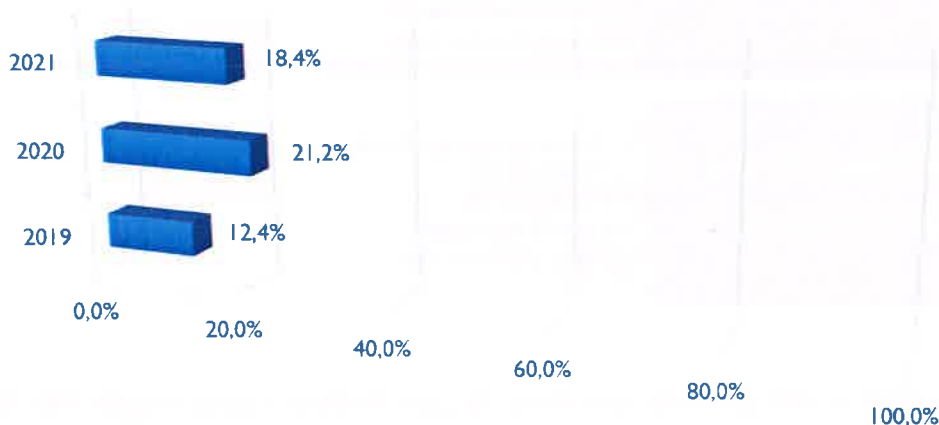
Não obstante podemos verificar que a maior parte dos colaboradores da APS possuem habilitações entre os 1º e 3º ciclos.

N.º de colaboradores - comparativo anual



O número de colaboradores tem tido um nível constante mas tendencialmente em crescimento. Este ano quebrou essa tendência crescente sendo que estas duas saídas foram por fatores imputados com o colaborador.

Absentismo de colaboradores

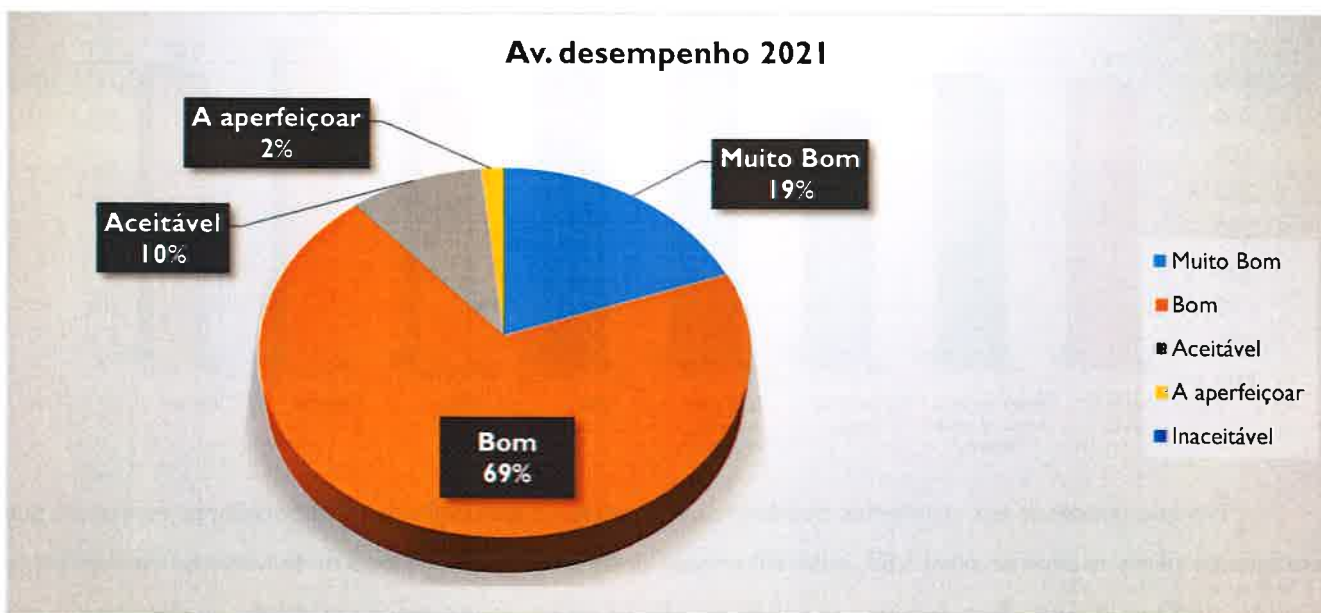


O gráfico acima represente as taxas de absentismo de colaboradores, nos últimos 3 anos. Como se pode verificar em 2019 que foi o último ano antes do início da pandemia a taxa de absentismo era menor. No ano 2020 essa taxa praticamente duplicou e no ano que terminou a taxa desceu ligeiramente mantendo-se num nível considerado alto. Este absentismo é compatível com a dificuldade já relatada na gestão de recursos humanos, causando algum impacto nas diversas respostas sociais.

Avaliação de desempenho de colaboradores e sistema de recompensas

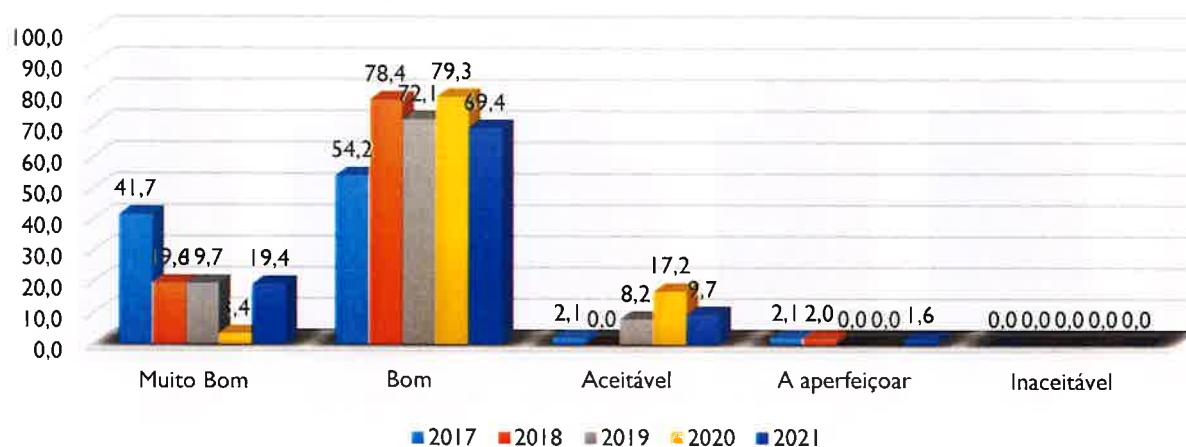


A existência de um processo de avaliação de desempenho é, na ótica desta organização, uma ferramenta que possibilita acima de tudo o desenvolvimento de cada colaborador/a, não só numa perspetiva de grupo mas também individual, daí o plano de ação de cada colaborador/a conter objetivos de equipa e individuais. Este processo visa mais do que tudo adaptar o/a colaborador/a à sua função o melhor que for possível, indo ao encontro das expetativas do mesmo e também da organização.



O gráfico acima demonstra os resultados obtidos na avaliação de desempenho dos colaboradores, referente ao ano 2021. Verifica-se que a maioria dos colaboradores se situam no nível “Bom”. Abaixo desse valor encontram-se 12% dos colaboradores. São por isso resultados considerados dentro da expectativa.

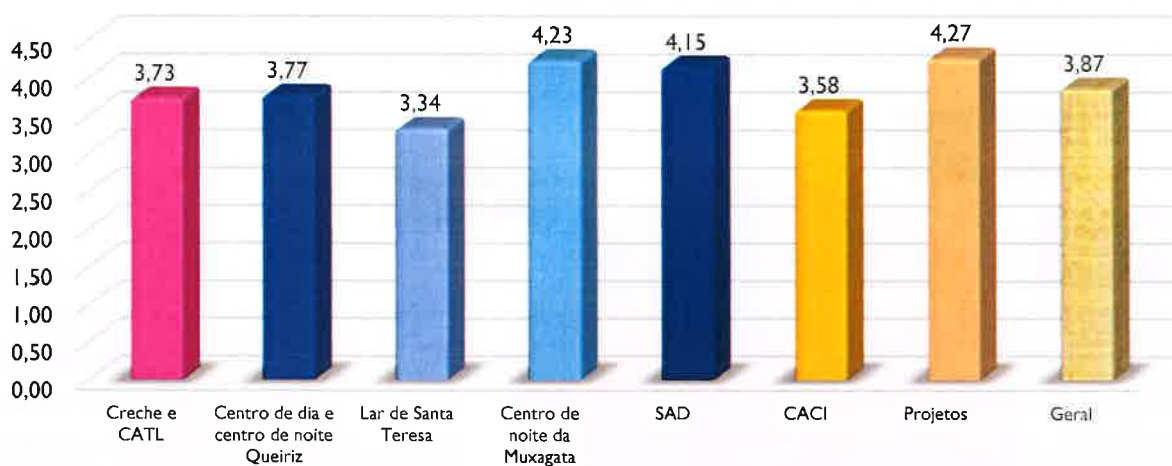
Comparativo anual de av. desempenho



Avaliação de satisfação de colaboradores

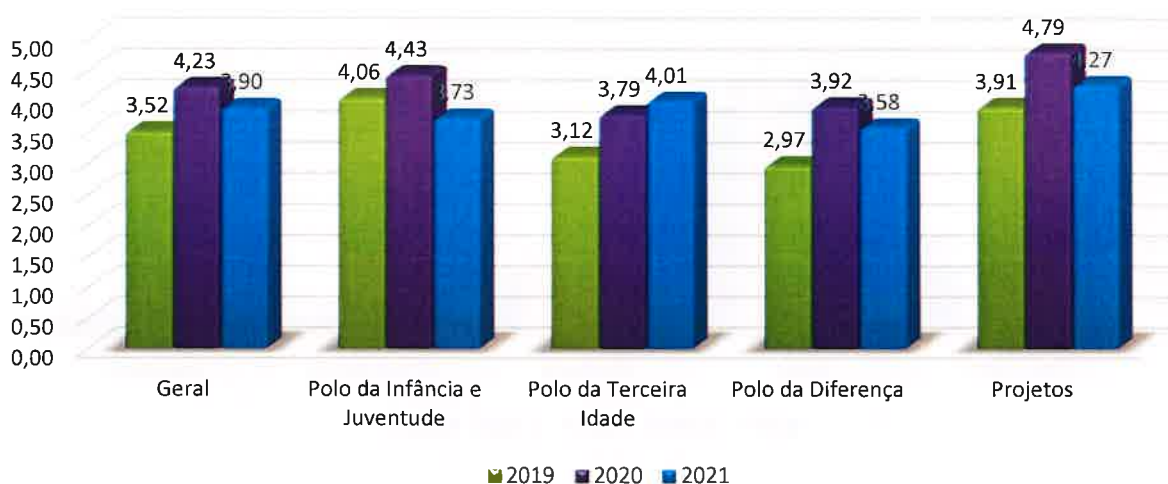
Tal como para clientes/significativos, também para colaboradores a avaliação de satisfação é uma importante ferramenta que nos permite avaliar algumas situações relativas à forma de funcionamento da organização.

Resultados da avaliação de satisfação de colaboradores 2021



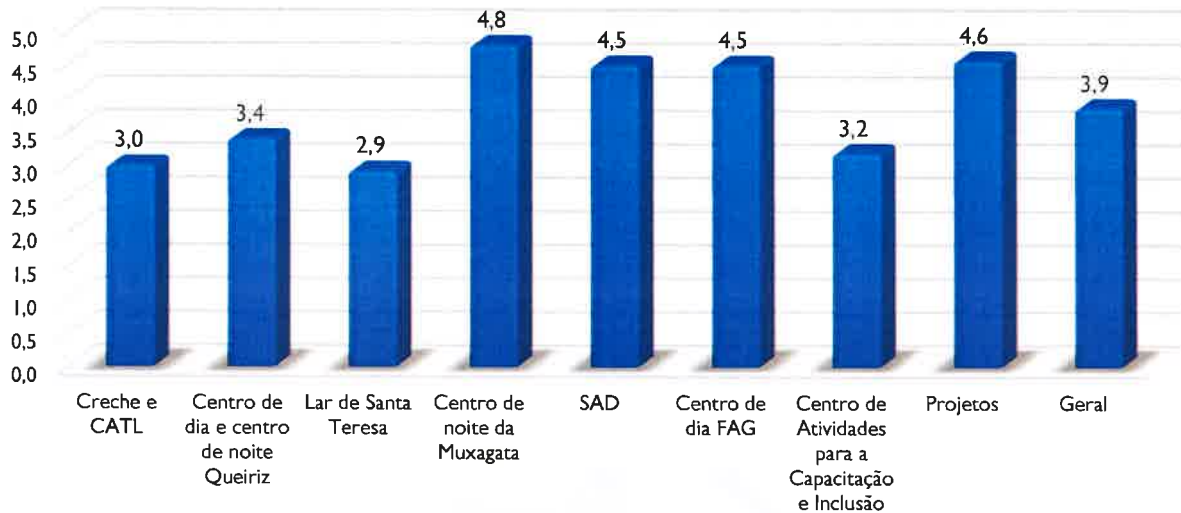
No que concerne aos resultados obtidos nas avaliações de satisfação dos colaboradores verifica-se que em termos gerais se situa no nível 3,87, qualitativamente designado “bom”. O local onde se encontra mais baixo é no lar de Santa Teresa. Esta resposta social sentiu efeitos da pandemia: grande aumento de absentismo por parte dos colaboradores (baixas); são muitos clientes e com um grau de dependência bastante elevado; surto de COVID-19; reajustes frequentes ao nível de recursos humanos, etc. Comparativamente a outros anos pode-se verificar que houve um decréscimo geral na satisfação dos colaboradores que, tal como já dissemos, associamos ao cansaço de todas as medidas que advém da pandemia.

Comparativo anual de satisfação de colaboradores



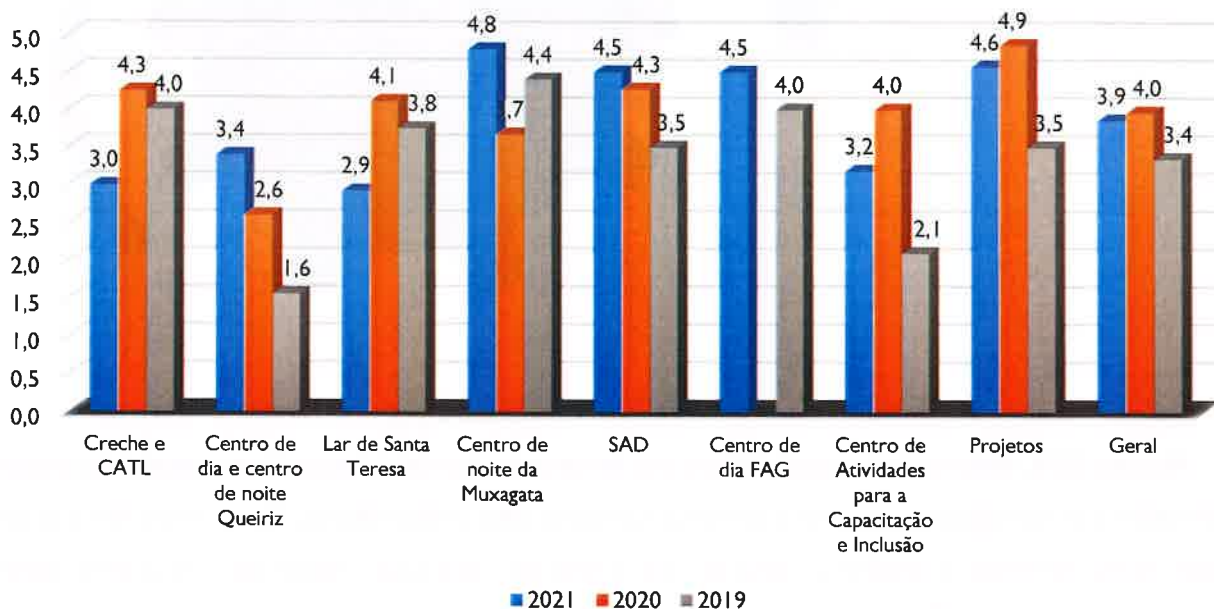
Handwritten signature and initials

Avaliação de motivação de colaboradores



Os gráficos apresentados demonstram os níveis de motivação dos colaboradores no ano 2021. Relativamente ao Lar de St.ª Teresa considera-se que estes níveis mais baixos se devem ao cansaço, fruto de muitas medidas de segurança, baixas de colaboradores e alguns focos de COVID-19. Em termos gerais também se nota um certo cansaço de todas as medidas impostas pela pandemia.

Comparativo anual de motivação de colaboradores



Formação contínua

A formação interna numa organização reveste-se de especial importância para a prossecução da missão da mesma. A pandemia que se abateu sobre o mundo em 2020 fez-nos equacionar todo o funcionamento, nomeadamente no modo de aquisição de competências. Devido a esta crise sanitária e social tornou-se por isso mais complexa a organização de formação para os colaboradores desta organização.

Continuamos a crer que capacitando os colaboradores, mobilizando-os e envolvendo-os na vida organizacional vamos tendo organizações mais adaptadas, eficientes e eficazes.

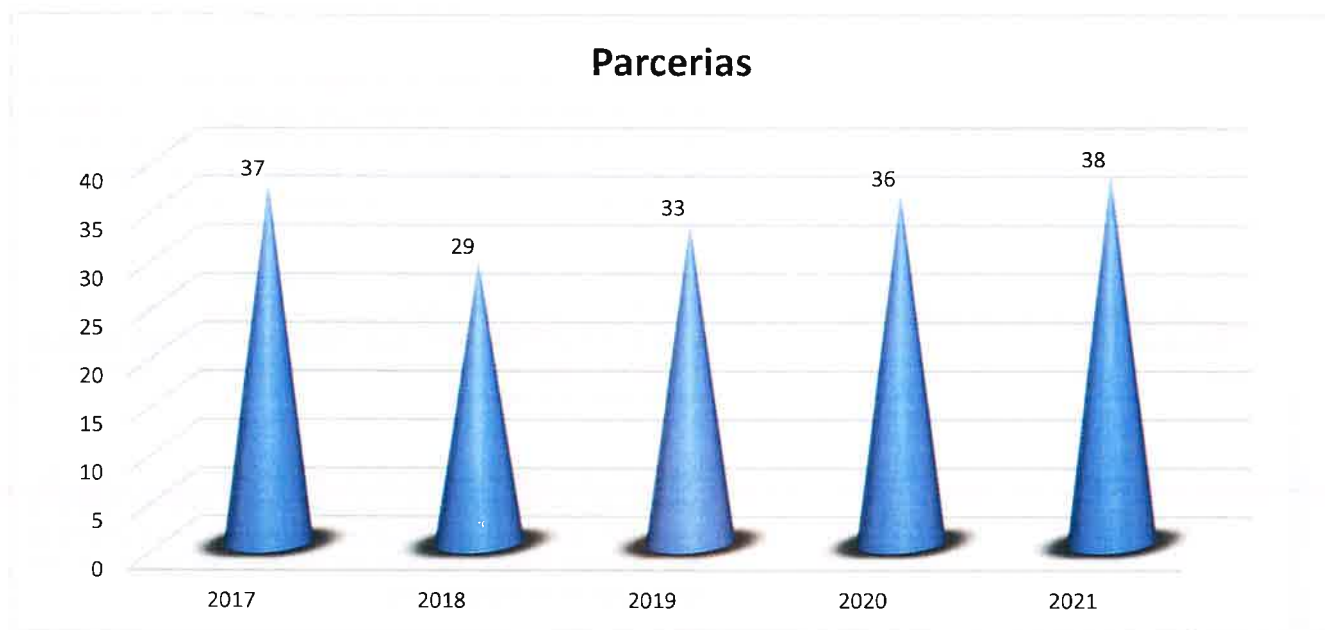


No ano 2021, embora ainda tenha sido um ano fortemente dominado pelas consequências da pandemia, consideramos que conseguimos retomar a atividade formativa para colaboradores. Numa altura em que temos as dispor muita formação à distância, realça-se que a falta de capacitação digital de uma grande parte de colaboradores torna mais difícil a frequência de formação por parte dos mesmos.



ABRANGÊNCIA E PARCERIAS

Em anos de pandemia assiste-se à crescente utilização das tecnologias de informação na sociedade. A exigência do uso eficiente de recursos e conhecimentos e o *empowerment* dos clientes (utentes/pessoas servidas/utilizadores), requerem cooperação em material de informação, logística e prestação dos serviços. Ainda que esta organização disponha de recursos suficientes para responder a uma série de problemáticas, só através da ligação a entidades parceiras poderão dar um apoio mais abrangente aos seus clientes/significativos e comunidade. As parcerias na prestação de serviços sociais estabelecidas por esta organização pretendem acrescentar valor ao resultado da prestação dos serviços.



O gráfico acima demonstra o número de parcerias desta organização. Apesar de 2020 e 2021 ser um ano com algum isolamento devido às medidas restritivas esta organização continua a trabalhar com vista a possibilitar uma maior abrangência dos seus serviços.

BARREIRAS E LIMITAÇÕES AOS SERVIÇOS

A responsabilidade fundamental das organizações que prestam serviços sociais é garantir uma estrutura de programa abrangente que permita disponibilizar ao cliente/significativos um processo de intervenções bem coordenado de modo a se alcançarem os objetivos desejados. Assim, a APSCDFA promove a continuidade dos seus serviços, de acordo com as necessidades manifestadas pelos clientes.

O quadro seguinte apresenta de modo transversal, algumas das principais barreiras aos serviços desta organização.

	Barreiras	Descrição
Clientes/significativos	Dispersão de locais de residência	Derivado à falta de rede de transportes públicos, atualmente a APSCDFA encontra-se a abranger clientes não só no concelho de Fornos de Algodres como também a conselhos limítrofes, esta situação faz aumentar os problemas em termos de disponibilidade de transporte e gastos ao nível de combustível e manutenção.
	Ausência de lar residencial para pessoas com deficiência	Continuam a ser realizados esforços para tentar angariar financiamento para o lar residencial. Esta resposta social tem muita procura, principalmente pelos atuais clientes do CAO, cujas famílias se encontram cada vez com maior dificuldade em responder às necessidades dos mesmos.
	Baixo nível socioeconómico dos clientes	O baixo nível social, mas principalmente económico dos clientes, leva a existir alguma dificuldade no que concerne à sustentabilidade da organização, já que muitos dos potenciais clientes, principalmente ao nível da terceira idade, não possuem recursos que assegurem uma mensalidade numa resposta social,
	Barreiras arquitetónicas	Embora praticamente todos os edifícios tenham boas acessibilidades, ao nível da formação profissional existe necessidade de se adaptarem algumas barreiras em termos de mobilidade de pessoas em cadeiras de rodas.
	Pandemia	Todas as restrições aplicadas às respostas sociais da organização afetaram a dinâmica com os clientes e mesmo a abrangência dos serviços. Muitas destas medidas, embora necessárias, foram contra os ideais de intervenção desta organização.
Recursos Humanos	Falhas na comunicação interna e nas relações interpessoais	Alguns conflitos internos nas respostas sociais dificultam as relações interpessoais e por vezes reflete-se ao nível do funcionamento dos serviços. Ainda assim têm sido realizadas estratégias para tentar alterar essa realidade.
	Disponibilidade dos técnicos	Por vezes há dificuldade em articular horários dos recursos humanos, dada a diversidade de áreas de intervenção e quantidade de atividades.



Parceiros e comunidade	Baixo nível de escolaridade	Os baixos índices escolares no seio da organização, dificultam a assunção de novos papéis e funções por parte de alguns colaboradores bem como a adaptação à mudança.
	Pouca capacitação digital num número significativo de colaboradores	Uma grande parte dos colaboradores da organização não possui competências ao nível das novas tecnologias o que se torna um entrave na utilização de equipamentos informáticos que poderiam ser uma mais valia, até mesmo para formação interna de colaboradores.
	Aumento de exigência em relação aos quadros de pessoal	Os aumentos constantes de exigências ao nível do quadro de pessoal bem como algumas “certificados de incapacidade temporária” obrigam a organização a um esforço acrescido.
	Dificuldade na gestão do tempo	Para que haja maior articulação com os parceiros é necessário haver algumas reuniões, que por vezes não acontecem por dificuldades em conciliar os horários.
	Regras de competitividade	Há serviços que por vezes não são prestados uma vez que podem parecer concorrência ao nível de parceiros e comunidade.
	Falha na comunicação externa	Embora tenha vindo a melhorar ao longo dos tempos ainda se verifica a necessidade de melhorar a comunicação externa da organização, de modo a traduzir-se num acompanhamento mais próximo das atividades e notícias da APSCDFA.

INOVAÇÃO

Na auditoria realizada em outubro de 2021, a auditora externa ficou agradada e enalteceu o esforço desta organização no âmbito das iniciativas inovadoras. Referiu que somos uma IPSS que desenvolve um bom trabalho nesta área.

Consideramos que esta organização, apesar de todas as limitações impostas pela pandemia negou-se a estagnar estando por isso em constante procura por projetos inovadores que possam ser uma mais-valia para todos os utilizadores.

Tipo de projeto		Entidade	Objetivo	Estado
1	INOVAÇÃO NEUROCEDE	Parcerias para o Impacto	Pretende intervir de forma especializada e humanizada ao nível da qualidade de vida das pessoas com demência, respondendo à ausência neste território de soluções direcionadas para a sinalização, prevenção, despiste e diagnóstico de quadros demenciais.	Aprovado
2	INOVAÇÃO (Re) descobrir a Liberdade	INR, IP	Realizar duas colónias de férias durante o ano 2021 para pessoas com deficiência	Aprovado
3	INOVAÇÃO JUST DO IT	INR, IP	Realizar atividades inovadoras e inclusivas durante os meses de junho a setembro com os clientes do CAO	Aprovado
4	INOVAÇÃO 3, 2, 1 AÇÃO	INR, IP	Promover a conceção e apresentação de espetáculo cultural protagonizado pelos nossos clientes de CAO	Aprovado
5	Aquisição de Viatura elétrica - SAD	Mobilidade Verde Social – Aquisição de veículos elétricos	O Europe Direct Beiras, Serra da Estrela e Beira Baixa, propõe-se a promover a participação ativa dos cidadãos através de espaços de diálogo, cooperação, capacitação e partilha entre os vários Stakeholders da região; promover o trabalho em rede; • implementar uma abordagem inclusiva e de reforço da proximidade através de uma intervenção assente em parcerias locais.	Aprovado
6	INOVAÇÃO ERPI MUXAGATA	PROCOOP	Obter protocolo de cooperação abrangendo 80% da capacidade global da ERPI Muxagata	Aguardamos resposta
7	INOVAÇÃO Lar Residencial	PROCOOP	Obter protocolo de cooperação para nova resposta social no âmbito da deficiência de forma a dar-se resposta à necessidade sentida a nível regional	Aguardamos resposta
8	INOVAÇÃO Lar Residencial	PARES	Construir nova resposta social no âmbito da deficiência de forma a dar-se resposta à necessidade sentida a nível regional	Não aprovado
9	INOVAÇÃO Residência Autónoma	PARES	Construir nova resposta social no âmbito da deficiência de forma a dar-se resposta à necessidade sentida a nível regional	Não aprovado
10	INOVAÇÃO Ampliação e reconversão CN QUEIRIZ - PARES	PARES	Reconverter em ERPI o Centro de Noite de Queiriz, bem como ampliar a capacidade do mesmo de forma a promover a sua sustentabilidade económica	Não aprovado



RESULTADOS OPERACIONAIS DO PROGRAMA DE AÇÃO DE 2021

OBJECTIVOS ESPECIFICOS	RESULTADO
1.1. Reconverter o centro de noite da Muxagata em Estrutura Residencial para Idosos.	
1.2. Requalificar e eventualmente ampliar o edifício do centro de noite de Queiriz, para posterior reconversão em Estrutura Residencial para Idosos.	
1.3. Dinamizar o Centro de Apoio à Vida Independente, cumprindo com os objetivos do mesmos.	
1.4. Prosseguir com a dinamização do programa Incorpora da Fundação La Caixa.	
1.5. Terminar o projeto de arquitetura e especialidades, aguardando resposta à tentativa de financiamento pelo programa PARES para a obtenção de resposta social lar residencial.	
1.6. Candidatar e implementar projetos que visem respostas inovadoras para a organização, bem como explorar novas áreas e nichos de serviços com valor acrescentado para a organização.	
1.7. Manter ou aumentar os acordos de cooperação das respostas sociais, de modo a garantir uma parte de financiamento para as mesmas.	
2.1. Realizar uma intervenção centrada no cliente que fomente os níveis de qualidade de vida e consequentemente a satisfação com a respetiva resposta social.	
2.2. Apostar numa intervenção holística e multidisciplinar de acordo com as necessidades e expetativas dos clientes.	
2.1. Adotar novos modelos de qualidade de vida, aplicando os mesmos ao percurso individual de cada cliente.	
2.4. Possibilitar a realização de atividades socioculturais que promovam um bom ambiente de ócio e lazer que permita aos clientes um quotidiano mais ativo.	
2.5. Potencializar as relações com parceiros, que contribuam para a melhoria da intervenção junto dos clientes.	
3.1. Promover a capacitação de recursos humanos dando-lhes ferramentas que possam contribuir para a aprendizagem progressiva de acordo com as necessidades dos mesmos, bem como da organização, Possibilitar aos colaboradores a participação de ações de formação que contribuam ativamente para a melhoria do seu desempenho bem como para a realização profissional e pessoal.	
3.2. Aumentar a participação dos colaboradores na avaliação de satisfação e diagnóstico de atividades de modo a contribuírem no planeamento da organização.	
3.3. Fomentar o espírito de equipa e pertença de modo a contribuir para a melhoria dos níveis de motivação dos colaboradores.	
3.4. Acompanhar os colaboradores nas suas tarefas reforçando os aspetos positivos e corrigindo as lacunas de modo a contribuir para um melhor desempenho do mesmo.	
3.5. Criar um ambiente salutar nas diversas equipas das respostas sociais de modo a contribuir para um aumento de satisfação geral dos colaboradores.	
4.1. Potencializar a comunicação externa da organização através de notícias mais atualizadas tanto no site como redes sociais;	
4.2. Atualizar folhetos de informação das respostas sociais de modo a passar uma melhor informação;	

4.3. Cumprir pelo menos 90% do calendário de reuniões, promovendo a comunicação e articulação entre todas as respostas sociais e serviços;	
4.4. Realizar um <i>restyling</i> na imagem institucional com a introdução de novo logótipo e imagem de apresentação da APS.	
5.1. Revalidar a certificação pelo referencial EQUASS - Assurance, melhorando o SGQ e consequentemente a qualidade dos serviços.	
5.2. Realizar as atualizações necessárias ao sistema de gestão da qualidade e homogeneizar a implementação em todas as respostas sociais e serviços;	
5.3. Nomear responsáveis pelas diversas ações e controlar resultados de modo a evitar desvios a melhorar os serviços.	

INFORMAÇÃO FINANCEIRA 2021



Comparativo orçamentado / realizado

Conta	Descrição	Orçamentado	Realizado	Variação (%)
61	CMVMC	€ 166.845,31	€ 142.535,91	-14.57%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	€ 457.789,44	€ 397.483,42	-13.17%
63	Gastos com o pessoal	€ 983.468,38	€ 1.055.299,85	6.81%
64	Gastos de depreciação e amortização	€ 105.828,57	€ 93.908,69	-11.26%
65	Perdas por imparidade	€ -	€ -	-
66	Perdas por redução do justo valor	€ -	€ -	-
67	Provisões do período	€ -	€ -	-
68	Outros gastos e perdas	€ 172.125,34	€ 228.888,82	24.80%
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 30.000,00	€ 13.670,38	-54.43%
		€ 1.916.057,04	€ 1.931.787,07	0.81%
71	Vendas	€ -	€ -	-
72	Prestações de serviços	€ 567.699,68	€ 545.662,67	-3.88%
73	Variações nos inventários da produção	€ -	€ -	-
74	Trabalhos para a própria entidade	€ -	€ -	-
75	Subsídios, doações e legados à exploração	€ 1.475.863,65	€ 1.553.588,71	5.00%
76	Reversões	€ -	€ -	-
77	Ganhos por aumento do justo valor	€ -	€ -	-
78	Outros rendimentos ou ganhos	€ 2.388,37	€ 37.806,16	93.68%
79	Juros, dividendos e outros rend. similares	€ 620,25	€ 491,73	-20.72%
		€ 2.046.571,95	€ 2.137.549,27	4.26%

Na elaboração do orçamento para o ano 2021, a APSCDFA, teve-se em conta os resultados acumulados ao mês de Setembro do ano 2020.

Pela análise do quadro podemos verificar que relativamente à conta Prestações de serviços, há uma diminuição pouco significativa relativamente ao orçamentado. Quanto aos Subsídios, ocorreu precisamente o inverso, tendo estes uma variação superior ao decréscimo da conta de Prestações de Serviços. Houve sim, uma variação mais significativa na rubrica de Outro Rendimentos e Ganhos.

Do lado dos gastos, todas as contas revelam um decréscimo relativamente ao previsto, exceto a rubrica de Gastos com Pessoal e Outros Gastos e Perdas.

Contribuição de cada conta para os resultados

Conta	Descrição	2021	%
RENDIMENTOS			
71	Vendas	€ -	
72	Prestações de serviços	€ 545.662,67	25.53%
73	Variações nos inventários da produção	€ -	
74	Trabalhos para a própria entidade	€ -	
75	Subsídios, doações e lagados à exploração	€ 1.553.588,71	72.68%
76	Reversões	€ -	
77	Ganhos por aumento do justo valor	€ -	
78	Outros rendimentos ou ganhos	€ 37.806,16	1.77%
79	Juros, dividendos e outros rend. similares	€ 491,73	0.02%
Sub-Total		€ 2.137.549,27	100,00%
GASTOS			
61	CMVMC	€ 142.535,91	7.38%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	€ 397.483,42	20.58%
63	Gastos com o pessoal	€ 1.055.299,85	54.62%
64	Gastos de depreciação e amortização	€ 93.908,69	4.86%
65	Perdas por imparidade	€ -	
66	Perdas por redução do justo valor	€ -	
67	Provisões do exercício	€ -	
68	Outros gastos e perdas	€ 228.888,82	11.85%
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 13.670,38	0.71%
Sub-Total		€ 1.931.787,07	100,00%

Pela observação da tabela, verificamos que a receita da Instituição depende essencialmente dos subsídios destinados à exploração pelas entidades parceiras, sendo a parcela da receita gerada pela APSCDFA é na ordem de 25%. Depreende-se que é necessário continuar a apostar na angariação de novos clientes e/ou serviços, de forma a reforçar a receita gerada pela organização e diminuir a dependência dos fundos atribuídos por acordos e protocolos.

No que respeita aos gastos a maior fatia (cerca de 54.62%) destina-se a gastos com o pessoal, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, que absorve cerca de 20.58% do valor da despesa.


Ganhos

Conta	Descrição	2021	2020	Variação (%)
72 Prestações de Serviços				
7211	Matriculas e mensalidades de Utentes			
	Infância / Juventude	€ 21.967,83	€ 24.801,29	-11.42%
	Terceira Idade	€ 426.218,27	€ 394.899,96	7.35%
	Deficiência	€ 34.081,28	€ 31.792,18	6.72%
7215	Comparticipação de Utentes			
	Comparticipação de Utentes	€ 14.133,34	€ 12.686,00	10.24%
7216	Meios Comp. Diag. Terapeutica			
	Fisioterapia	€	€	
	Ginásio / Piscina	€ 60,00	€ 40,96	31.73%
7217	Outros Serviços			
	Universidade Sénior	€	€ 46,00	-100%
	Serviço alimentar a escolas	€ 267,45	€ 11.274,48	-97.50%
	Cantina Social	€ 11.652,50	€ 10.212,50	12.36%
	Formação	€ -	€ -	%
722	Quotizações e Joias			
	Quotizações e Joias	€ 191,50	€ 112,00	41.52%
725	Serviços secundários			
	Serviços secundários	€ 37.090,50	€ 50.141,04	-26.03%
Sub-Total		€ 545.662,67	€ 536.006,09	1.77%
75 Subsídios, doações legados à exploração				
7511	Subsidios Centro Distrital			
	Infância / Juventude	€ 98.250,76	€ 91.653,82	6.73%
	Terceira Idade	€ 560.327,72	€ 557.853,93	0.44%
	Deficiência	€ 354.246,57	€ 336.917,24	4.89%
7512	Outras Entidades			
	Instituições Particulares/Outras	€ 15.706,04	€ 27.405,95	-42.69%
	INR/POAPMC	€ 8.315,40	€ 2.953,72	64.48%
752	Subsidios de outras entidades			
	POPH / IEPF	€ 516.742,22	€ 535.256,56	-3.46%
Sub-Total		€ 1.553.588,71	€ 1.552.041,22	0.10%

Analisados os resultados constatou-se que apesar das novas variantes do vírus estenderem a incerteza associada à duração da crise sanitária e atrasaram o ambicionado regresso à normalidade, obtivemos uma variação positiva no que aos Rendimentos diz respeito, relativamente ao período homólogo.

Resumo Geral (gastos / ganhos)

Conta	Descrição	2021	2020	Variação (%)
RENDIMENTOS				
71	Vendas	€ -	€ -	0,00%
72	Prestações de serviços	€ 545.662,67	€ 536.006,09	1.77%
73	Variações nos inventários da produção	€ -	€ -	0,00%
74	Trabalhos para a própria entidade	€ -	€ -	0,00%
75	Subsídios, doações e lagados à exploração	€ 1.553.588,71	€ 1.552.041,22	0.10%
76	Reversões	€ -	€ -	0,00%
77	Ganhos por aumento do justo valor	€ -	€ -	0,00%
78	Outros rendimentos ou ganhos	€ 37.806,16	€ 40.587,98	-6.86%
79	Juros, dividendos e outros rend. similares	€ 491,73	€ 20.345,70	-97.56%
Sub-Total		€ 2.137.549,27	€ 2.148.980,99	-0.53%
GASTOS				
61	CMVMC	€ 142.535,91	€ 147.335,96	-3.30%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	€ 397.483,42	€ 406.054,22	-2.11%
63	Gastos com o pessoal	€ 1.055.299,85	€ 965.030,19	8.55%
64	Gastos de depreciação e amortização	€ 93.908,69	€ 102.310,07	-8.21%
65	Perdas por imparidade	€ -	€ -	%
66	Perdas por redução do justo valor	€ -	€ -	%
67	Provisões do exercício	€ -	€ -	%
68	Outros gastos e perdas	€ 228.888,82	€ 176.666,45	22.82%
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 13.670,38	€ 13.758,98	-0.64%
Sub-Total		€ 1.931.787,07	€ 1.811.155,87	6.24%

Da análise do mapa no cômputo geral, verificamos uma ligeira diminuição da receita, pouco significativa, em relação ao ano 2020 na ordem dos 0.53%.

Do lado dos gastos verificou-se um aumento, ainda assim superior à rubrica dos rendimentos, com um a variação de 6.24%.

Handwritten signatures and initials: g, A, DM.

Evolução dos gastos com pessoal

Conta	Descrição	2021	2020	2019	2018
63 Custos com Pessoal					
	Variação salarial	€ 1.055.299,85	€ 965.030,19	€ 951.371,05	€ 943.309,32
	Sub-Total	€ 1.055.299,85	€ 965.030,19	€ 951.371,05	€ 943.309,32

SÍNTESE CONCLUSIVA

Tendo em conta os resultados obtidos em 2020, podemos considerar que em termos financeiros atingimos os objetivos traçados. Será conveniente salientar que se aguardava um ano de 2021 com muita expectativa, sobretudo pelo anunciado regresso a um certo grau de normalidade quotidiana. No entanto, surgiram novas variantes e comprometeram o ambicionado regresso à normalidade. Ainda assim, as metas a que nos propusemos foram alcançadas, ou seja, obteve-se um resultado líquido significativo.

A Direção considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela Instituição reforçam a sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da quota de mercado detida.

A análise da evolução da atividade nos primeiros meses de 2022 perspectiva, com reservado otimismo, pelo menos a manutenção da situação verificada no exercício de 2021.

Considera-se que a Instituição está dotada de instalações adequadas para fazer face ao desejável crescimento do volume de negócios.

Contudo, com a pandemia do covid-19 a pairar no horizonte, com as suas novas variantes e a guerra na Ucrânia, atrasam o ambicionado regresso à normalidade, comprometendo uma recuperação tão linear como inicialmente se esperava. Logo, quaisquer previsões quanto à sua atenuação e à retoma dos negócios é difícil de precisar.

A Direção propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2021, no valor de «204.132,45» euros, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados«204.132,45 » euros


No culminar de mais um exercício económico, caracterizado pela enorme exigência, por permanentes contingências e assíduas incertezas, evidenciam-se os resultados alcançados pela Instituição. Traduzem o compromisso, dedicação e empenho que os nossos colaboradores empregam permanente e sucessivamente no propósito de acrescentar valor todos os dias à APSCDFA. Assim, às Empresas e Entidades, aos clientes, aos utentes que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Instituição.

Às Entidades Bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, tornando-se parceiros inseparáveis da nossa jornada, o nosso reconhecimento.

A todos os colaboradores que contribuíram para o desempenho da Instituição, com o seu profissionalismo e dedicação, a Direção expressa o seu agradecimento.

Handwritten signature and initials, possibly "J.F. A. J.M."

ANEXOS



ANEXO I – Relatório de Gestão 2021

2021

**Associação de
Promoção Social
Cultural e
Desportiva de
Fornos de Algodres**



Associação de Promoção Social

[RELATÓRIO DE GESTÃO]



Versão	1					
Elaborado por	Direção					
Aprovado por	Assembleia Geral				Em	29-03-2022
Disseminado	Resp.	Direção	Meio	Reunião; formato digital	Dest.	Todos
Entrada em Vigor	N.A.					
Histórico de revisões	N.A.					



Handwritten signature and initials: "A7" and "Jmf."

ÍNDICE

ANALISE FINANCEIRA.....	3
Resumo Geral (gastos / ganhos)	6
CONCLUSÃO.....	8
Nota final.....	8

ANALISE FINANCEIRA

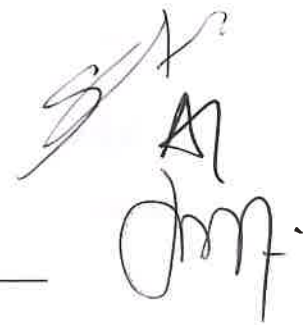
Comparativo orçamentado / realizado

Conta	Descrição	Orçamentado	Realizado	Variação (%)
61	CMVMC	€ 166.845,31	€ 142.535,91	-14.57%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	€ 457.789,44	€ 397.483,42	-13.17%
63	Gastos com o pessoal	€ 983.468,38	€ 1.055.299,85	6.81%
64	Gastos de depreciação e amortização	€ 105.828,57	€ 93.908,69	-11.26%
65	Perdas por imparidade	€ -	€ -	-
66	Perdas por redução do justo valor	€ -	€ -	-
67	Provisões do período	€ -	€ -	-
68	Outros gastos e perdas	€ 172.125,34	€ 228.888,82	24.80%
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 30.000,00	€ 13.670,38	-54.43%
		€ 1.916.057,04	€ 1.931.787,07	0.81%
71	Vendas	€ -	€ -	-
72	Prestações de serviços	€ 567.699,68	€ 545.662,67	-3.88%
73	Variações nos inventários da produção	€ -	€ -	-
74	Trabalhos para a própria entidade	€ -	€ -	-
75	Subsídios, doações e legados à exploração	€ 1.475.863,65	€ 1.553.588,71	5.00%
76	Reversões	€ -	€ -	-
77	Ganhos por aumento do justo valor	€ -	€ -	-
78	Outros rendimentos ou ganhos	€ 2.388,37	€ 37.806,16	93.68%
79	Juros, dividendos e outros rend. similares	€ 620,25	€ 491,73	-20.72%
		€ 2.046.571,95	€ 2.137.549,27	4.26%

Na elaboração do orçamento para o ano 2021, a APSCDFA, teve-se em conta os resultados acumulados ao mês de Setembro do ano 2020.

Pela análise do quadro podemos verificar que relativamente à conta Prestações de serviços, há uma diminuição pouco significativa relativamente ao orçamentado. Quanto aos Subsídios, ocorreu precisamente o inverso, tendo estes uma variação superior ao decréscimo da conta de Prestações de Serviços. Houve sim, uma variação mais significativa na rubrica de Outro Rendimentos e Ganhos .

Do lado dos gastos, todas as contas revelam um decréscimo relativamente ao previsto, exceto a rubrica de Gastos com Pessoal e Outros Gastos e Perdas.



Contribuição de cada conta para os resultados

Conta	Descrição	2021	%
RENDIMENTOS			
71	Vendas	€ -	
72	Prestações de serviços	€ 545.662,67	25.53%
73	Variações nos inventários da produção	€ -	
74	Trabalhos para a própria entidade	€ -	
75	Subsídios, doações e lagados à exploração	€ 1.553.588,71	72.68%
76	Reversões	€ -	
77	Ganhos por aumento do justo valor	€ -	
78	Outros rendimentos ou ganhos	€ 37.806,16	1.77%
79	Juros, dividendos e outros rend. similares	€ 491,73	0.02%
Sub-Total		€ 2.137.549,27	100,00%
GASTOS			
61	CMVMC	€ 142.535,91	7.38%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	€ 397.483,42	20.58%
63	Gastos com o pessoal	€ 1.055.299,85	54.62%
64	Gastos de depreciação e amortização	€ 93.908,69	4.86%
65	Perdas por imparidade	€ -	
66	Perdas por redução do justo valor	€ -	
67	Provisões do exercício	€ -	
68	Outros gastos e perdas	€ 228.888,82	11.85%
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 13.670,38	0.71%
Sub-Total		€ 1.931.787,07	100,00%

Pela observação da tabela, verificamos que a receita da Instituição depende essencialmente dos subsídios destinados à exploração pelas entidades parceiras, sendo a parcela da receita gerada pela APSCDFA é na ordem de 25%. Depreende-se que é necessário continuar a apostar na angariação de novos clientes e/ou serviços, de forma a reforçar a receita gerada pela organização e diminuir a dependência dos fundos atribuídos por acordos e protocolos.

No que respeita aos gastos a maior fatia (cerca de 54.62%) destina-se a gastos com o pessoal, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, que absorve cerca de 20.58% do valor da despesa.

Ganhos

Conta	Descrição	2021	2020	Variação (%)
72 Prestações de Serviços				
7211	Matrículas e mensalidades de Utentes			
	Infância / Juventude	€ 21.967,83	€ 24.801,29	-11.42%
	Terceira Idade	€ 426.218,27	€ 394.899,96	7.35%
	Deficiência	€ 34.081,28	€ 31.792,18	6.72%
7215	Comparticipação de Utentes			
	Comparticipação de Utentes	€ 14.133,34	€ 12.686,00	10.24%
7216	Meios Comp. Diag. Terapeutica			
	Fisioterapia	€	€	
	Ginásio / Piscina	€ 60,00	€ 40,96	31.73%
7217	Outros Serviços			
	Universidade Sénior	€	€ 46,00	-100%
	Serviço alimentar a escolas	€ 267,45	€ 11.274,48	-97.50%
	Cantina Social	€ 11.652,50	€ 10.212,50	12.36%
	Formação	€ -	€ -	%
722	Quotizações e Joias			
	Quotizações e Joias	€ 191,50	€ 112,00	41.52%
725	Serviços secundários			
	Serviços secundários	€ 37.090,50	€ 50.141,04	-26.03%
Sub-Total		€ 545.662,67	€ 536.006,09	1.77%
75 Subsídios, doações legados à exploração				
7511	Subsídios Centro Distrital			
	Infância / Juventude	€ 98.250,76	€ 91.653,82	6.73%
	Terceira Idade	€ 560.327,72	€ 557.853,93	0.44%
	Deficiência	€ 354.246,57	€ 336.917,24	4.89%
7512	Outras Entidades			
	Instituições Particulares/Outras	€ 15.706,04	€ 27.405,95	-42.69%
	INR/POAPMC	€ 8.315,40	€ 2.953,72	64.48%
752	subsídios de outras entidades			
	POPH / IEFP	€ 516.742,22	€ 535.256,56	-3.46%
Sub-Total		€ 1.553.588,71	€ 1.552.041,22	0.10%

Analisados os resultados constatou-se que apesar das novas variantes do vírus estenderem a incerteza associada à duração da crise sanitária e atrasaram o ambicionado regresso à normalidade, obtivemos uma variação positiva no que aos Rendimentos diz respeito, relativamente ao período homólogo. Assim, a Instituição deve continuar a apostar na angariação de novos clientes, como já foi referido e no reforço de outros serviços.



Resumo Geral (gastos / ganhos)

Conta	Descrição	2021	2020	Variação (%)
RENDIMENTOS				
71	Vendas	€ -	€ -	0,00%
72	Prestações de serviços	€ 545.662,67	€ 536.006,09	1,77%
73	Variações nos inventários da produção	€ -	€ -	0,00%
74	Trabalhos para a própria entidade	€ -	€ -	0,00%
75	Subsídios, doações e lagados à exploração	€ 1.553.588,71	€ 1.552.041,22	0,10%
76	Reversões	€ -	€ -	0,00%
77	Ganhos por aumento do justo valor	€ -	€ -	0,00%
78	Outros rendimentos ou ganhos	€ 37.806,16	€ 40.587,98	-6,86%
79	Juros, dividendos e outros rend. similares	€ 491,73	€ 20.345,70	-97,56%
Sub-Total		€ 2.137.549,27	€ 2.148.980,99	-0,53%
GASTOS				
61	CMVMC	€ 142.535,91	€ 147.335,96	-3,30%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	€ 397.483,42	€ 406.054,22	-2,11%
63	Gastos com o pessoal	€ 1.055.299,85	€ 965.030,19	8,55%
64	Gastos de depreciação e amortização	€ 93.908,69	€ 102.310,07	-8,21%
65	Perdas por imparidade	€ -	€ -	%
66	Perdas por redução do justo valor	€ -	€ -	%
67	Provisões do exercício	€ -	€ -	%
68	Outros gastos e perdas	€ 228.888,82	€ 176.666,45	22,82%
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 13.670,38	€ 13.758,98	-0,64%
Sub-Total		€ 1.931.787,07	€ 1.811.155,87	6,24%

Da análise do mapa no cômputo geral, verificamos uma ligeira diminuição da receita, pouco significativa, em relação ao ano 2020 na ordem dos 0.53%.

Do lado dos gastos verificou-se um aumento, ainda assim superior à rubrica dos rendimentos, com um a variação de 6.24%.

Evolução dos gastos com pessoal

Conta	Descrição	2021	2020	2019	2018
63 Custos com Pessoal					
	Variação salarial	€ 1.055.299,85	€ 965.030,19	€ 951.371,05	€ 943.309,32
Sub-Total		€ 1.055.299,85	€ 965.030,19	€ 951.371,05	€ 943.309,32



CONCLUSÃO

Tendo em conta os resultados obtidos em 2020, podemos considerar que em termos financeiros atingimos os objetivos traçados. Será conveniente salientar que se aguardava um ano de 2021 com muita expectativa, sobretudo pelo anunciado regresso a um certo grau de normalidade quotidiana. No entanto, surgiram novas variantes e comprometeram o ambicionado regresso à normalidade. Ainda assim, as metas a que nos propusemos foram alcançadas, ou seja, obteve-se um resultado líquido significativo.

A Direção considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela Instituição reforçam a sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da quota de mercado detida.

A análise da evolução da atividade nos primeiros meses de 2022 perspetiva, com reservado otimismo, pelo menos a manutenção da situação verificada no exercício de 2021.

Considera-se que a Instituição está dotada de instalações adequadas para fazer face ao desejável crescimento do volume de negócios.

Contudo, com a pandemia do covid-19 a pairar no horizonte, com as suas novas variantes e a guerra na Ucrânia, atrasam o ambicionado regresso à normalidade, comprometendo uma recuperação tão linear como inicialmente se esperava. Logo, quaisquer previsões quanto à sua atenuação e à retoma dos negócios é difícil de precisar.

A Direção propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2021, no valor de «204.132,45» euros, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados«204.132,45 » euros

Nota final

No culminar de mais um exercício económico, caracterizado pela enorme exigência, por permanentes contingências e assíduas incertezas, evidenciam-se os resultados alcançados pela Instituição. Traduzem o compromisso, dedicação e empenho que os nossos colaboradores empregam permanente e sucessivamente no propósito de acrescentar valor todos os dias à APSCDFA. Assim, às Empresas e Entidades, aos clientes, aos utentes que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Instituição. Às Entidades Bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, tornando-se parceiros inseparáveis da nossa jornada, o nosso reconhecimento.

A todos os colaboradores que contribuíram para o desempenho da Instituição, com o seu profissionalismo e dedicação, a Direção expressa o seu agradecimento.

[Handwritten signature]

ANEXO 2 – Anexo às demonstrações financeiras 2021

2021

Anexo em 31 de dezembro de 2021

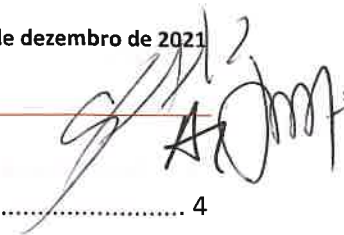
Associação de
Promoção Social
Cultural e
Desportiva de
Fornos de Algodres



Associação de Promoção Social

[ANEXO AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS]

Versão	1					
Elaborado por	Departamento Administrativo e Financeiro					
Aprovado por	Assembleia Geral				Em	29-03-2022
Disseminado	Resp.	Direção	Meio	Reunião; formato digital	Dest.	Todos
Entrada em Vigor	N.A.					
Histórico de revisões	N.A.					



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1.	Bases de Apresentação	5
3.2.	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13
5	Ativos Fixos Tangíveis	13
6	Ativos Intangíveis	15
7	Custos de Empréstimos Obtidos	17
8	Inventários	18
9	Rédito	18
10	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	19
11	Benefícios dos empregados	19
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
13	Outras Informações	20
13.1.	Investimentos Financeiros	20
13.2.	Créditos a receber	21
13.3.	Outros ativos correntes	21
13.4.	Diferimentos	22
13.5.	Caixa e Depósitos Bancários	22
13.6.	Fundos Patrimoniais	22
13.7.	Fornecedores	22
13.8.	Estado e Outros Entes Públicos	23
13.9.	Outros Passivos Correntes	23
13.10.	Subsídios, doações e legados à exploração	23
13.11.	Fornecimentos e serviços externos	24
13.12.	Outros rendimentos	24
13.13.	Outros gastos	25
13.14.	Resultados Financeiros	25
13.15.	Provisões	25
13.16.	Acontecimentos após data de Balanço	26

1 Identificação da Entidade

A Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República n.º 32 de 07-02-1987, Série II, com sede na Avenida 25 de Abril, 6370-174 Fornos de Algodres.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- a) Contribuir para a melhoria das condições de vida da população, através de iniciativas e empreendimentos que apoiem a Infância, Juventude, Terceira Idade e Cidadãos Portadores de Deficiência ou Incapacidade;
- b) Planificação, promoção, desenvolvimento, participação e gestão de atividades sociais, culturais, desportivas, recreativas, beneficência, radiofusão, formação e aperfeiçoamento profissional;
- c) Promoção de novas oportunidades, nomeadamente tecnologias da informação e comunicação, igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, bem como a eliminação de todas as formas de discriminação no exercício das atividades;
- d) Atividades ecológicas e de preservação do meio ambiente e de ações de desenvolvimento que contribuam para o bem-estar das populações;
- e) Organização de colóquios, conferências, seminários das atividades atrás referidas, assim como apoio na organização de processos e prestação de serviços para a execução dos objetivos atrás referidos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Esta apresentação de Resultados está sujeita por imposição legal, ao processo de relato financeiro nos termos do SNC, aprovado pelo DL n.º 158/2009 de 13/07 e nos termos do regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, aprovado pelo DL n.º 36-A/2011 de 09/03

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes Diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015 de 23/07 – Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015 de 24/07 – Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que

não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas desse anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	0

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	5
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados pelo custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidades que se demonstrem existir.

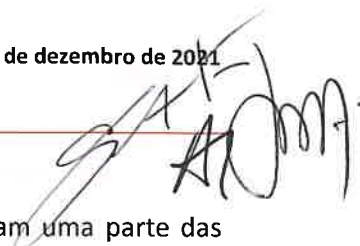
3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.



3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros ativos financeiros

Os “Clientes” e os “Outros ativos financeiros” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



3.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,00% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce, se aplicável, ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios à exploração têm a seguinte finalidade:

- Financiar as atividades operacionais da entidade registados em resultados na medida dos gastos incorridos;
- À cobertura de gastos incorridos e registados com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não detém bens do património histórico, artístico e cultural.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2020						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	122.323,26	45.000,00				167.323,26
Edifícios e outras construções	3.315.421,09	395.776,83				3.711.197,92
Equipamento básico	822.909,77	22.468,10				845.377,87
Equipamento de transporte	227.470,48					227.470,48
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	45.262,65	1.884,36				47.147,01
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Investimento em curso	25.658,33	133.717,00				159.375,33
Total	4.559.045,58	598.846,29	0,00	0,00	0,00	5.157.891,87
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	903.785,91	64.369,92				968.155,83
Equipamento básico	693.255,31	18.347,62				711.602,93
Equipamento de transporte	197.105,62	17.369,00				214.474,62
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	41.830,09	2.223,53				44.053,62
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1.835.976,93	102.310,07	0,00	0,00	0,00	1.938.287,00



2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	167.323,26					167.323,26
Edifícios e outras construções	3.711.197,92	8.345,00				3.719.542,92
Equipamento básico	845.377,87	3.634,93				849.012,80
Equipamento de transporte	227.470,48					227.470,48
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	47.147,01					47.147,01
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Investimento em curso	159.375,33	53.404,50				212.779,83
Total	5.157.891,87	65.384,43	0,00	0,00	0,00	5.223.276,30
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	968.155,83	71.639,75				1.039.795,58
Equipamento básico	711.602,93	10.488,87				722.091,80
Equipamento de transporte	214.474,62	9.785,33				224.259,95
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	44.053,62	1.994,74				46.048,36
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1.938.287,00	93.908,69	0,00	0,00	0,00	2.032.195,69

Outras informações:

As obras de requalificação nos Centros de noite da Muxagata e Queiriz foram realizadas em edifícios, cujo direito de superfície foi cedido gratuitamente, pelo período de 51 anos (início em 2005 e 2006), pela Câmara Municipal de Fornos de Algodres e pela Fábrica da Igreja de Queiriz respetivamente.

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2020						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5.212,62					5.212,62
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	5.212,62		0,00	0,00	0,00	5.212,62
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5.028,03					5.028,03
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	5.028,03	0,00	0,00	0,00	0,00	5.028,03

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5.212,62					5.212,62
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	5.212,62	0,00	0,00	0,00	0,00	5.212,62
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5.028,03					5.028,03
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	5.028,03	0,00	0,00	0,00	0,00	5.028,03

Handwritten signature and initials

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	33.810,89	1.025.061,87	1.058.872,76	33.810,89	1.054.446,49	1.088.257,38
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas b. letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	33.810,89	1.025.061,87	1.058.872,76	33.810,89	1.054.446,49	1.088.257,38

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2021	2020
	Capital	Capital
Até um ano	33.810,89	33.810,89
De um a cinco anos	0,00	0,00
Mais de cinco anos	1.025.061,87	1.054.446,49
Total	1.058.872,76	1.088.257,38

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.341,14	142.529,66	0,00	2.334,89	147.335,96	0,00	2.341,14
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	2.341,14	142.529,66	0,00	2.334,89	147.335,96	0,00	2.341,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				142.535,91			147.335,96
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

9 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	508.380,67	485.753,05
Quotas e joias	191,50	112,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Outros serviços	37.090,50	50.141,04
Total	545.662,67	536.006,09

10 Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nesta rubrica:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
- IGFSS	707.906,03	727.704,93
- Câmara Municipal de Fornos de Algodres	92.911,19	95.451,07
- Feoga / ADRUSE	75.519,10	78.473,15
Total	876.336,32	901.629,15
Doações		
- Doações	7.481,97	7.481,97
Total	883.818,29	909.111,12

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2021, foi o seguinte:

- José Fernando Almeida Tomás, Presidente;
- José Aurélio Veiga , vice-presidente
- Lúcio Ribeiro Lopes, Tesoureiro;
- Américo Almeida Dias Feio, Vogal.
- Pedro Miguel Monteiro Bidarra, Secretário

Os órgãos diretivos não usufruem de remunerações ou recompensas.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de "79" e em 31/12/2021 foi de "86".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	851.557,56	784.187,96
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	179.094,24	160.295,11
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	18.189,95	16.440,81
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	6.458,10	4.106,31
Total	1.055.299,85	965.030,19

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

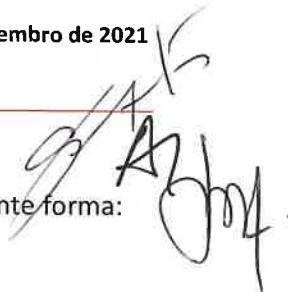
Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	801,49	801,49
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1.301,49	1.301,49

Os investimentos noutras empresas referem-se a títulos detidos sobre a CCAM, enquanto que os outros ativos financeiros respeita a aplicação financeira prevista no D/L 165-A/2013 de 23 de dezembro (FRSS-Fundo de Reestruturação do Setor Solidário).

13.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	5.336,14	11.719,78
Utentes	43.986,42	40.175,63
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	32.509,13	32.509,13
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Clientes		
Utentes	-32.509,13	-32.509,13
Total	49.322,56	51.895,41



Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2021	2020
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

13.3. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	832,80	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outros instrumentos financeiros	300.000,00	0,00
Outros Devedores	1.374.655,64	1.490.463,47
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1.674.655,64	1.490.463,47

13.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
	10.691,77	11.907,57
Rendimentos a reconhecer		
	1.022.271,87	1.192.257,45

13.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	296,17	377,38
Depósitos à ordem	243.223,87	118.097,16
Depósitos a prazo	705.571,71	705.386,17
Outros instrumentos financeiros	0,00	300.000,00
Total	949.091,75	1.123.860,71

13.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	34.795,67	0,00	0,00	34.795,67
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2.122.936,04	336.458,00	0,00	2.459.394,04
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	909.111,12	0,00	25.292,83	883.818,29
Total	3.006.842,83	336.458,00	25.292,83	3.378.008,00

13.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	48.840,72	85.788,79
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	48.840,72	85.788,79

A rubrica “Subsídios do Estado e outros entes públicos” apresenta os apoios recebidas da Segurança Social para resposta às diversas valências sociais da Associação.

No que refere à rubrica de “Subsídios de outras entidades” esta é maioritariamente constituída por apoios no âmbito de projetos financiados pelo IFEP e outras entidades.

13.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	137.125,16	161.426,98
Materiais	20.344,03	24.431,36
Energia e fluidos	138.035,65	116.015,32
Deslocações, estadas e transportes	264,35	226,10
Serviços diversos	88.651,62	94.040,87
Encargos com utentes	13.062,61	9.913,59
Total	397.483,42	406.054,22

13.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	37.806,16	40.587,98
Total	37.806,16	40.587,98

13.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	38.037,52	5.165,62
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	190.851,30	171.500,83
Total	228.888,82	176.666,45

13.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	13.670,38	13.758,98
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	13.670,38	13.758,98
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	491,73	20.345,70
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	491,73	20.345,70
Resultados Financeiros	-13.178,65	6.586,72

13.15. Provisões

A rubrica de "Provisões", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Outras Provisões	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

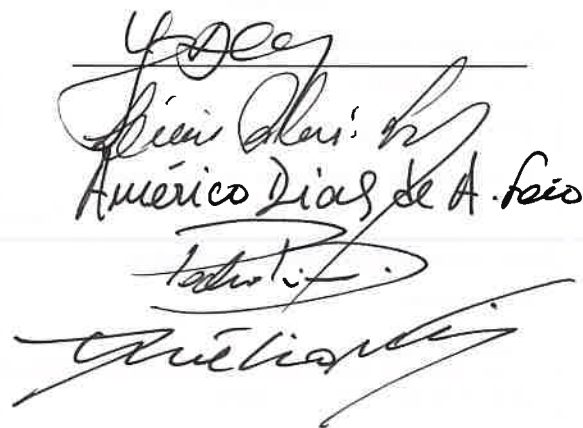
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 29 de Março de 2022.

Fornos de Algodres, 29 de Março de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção



Américo Dias de A. Reis

Associação de Prom. Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres

BALANÇO INDIVIDUAL
De 31/12/2020 até 31/12/2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	3 191 081	3 219 605
Ativos intangíveis	6	185	185
Investimentos financeiros	13.1	1 301	1 301
		3 192 567	3 221 091
Ativo corrente:			
Inventários	8	2 335	2 341
Créditos a receber	13.2	49 323	51 895
Estado e outros entes públicos	13.8	20 543	37 841
Diferimentos	13.4	10 692	11 908
Outros ativos correntes	13.3	1 674 656	1 804 983
Caixa e depósitos bancários	13.5	949 092	823 861
		2 706 640	2 732 829
Total do ativo		5 899 207	5 953 920
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos	13.6	34 796	34 796
Resultados transitados	13.6	2 459 394	2 122 936
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10 e 13.6	883 818	909 111
		3 378 008	3 066 843
Resultado líquido do período		204 132	336 458
Total dos fundos patrimoniais		3 582 140	3 403 301
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	13.15		
Financiamentos obtidos	7	1 025 062	1 054 446
		1 025 062	1 054 446
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.7	48 841	85 789
Estado e outros entes públicos	13.8	49 510	54 180
Financiamentos obtidos	7	33 811	33 812
Diferimentos	13.4	1 022 272	1 192 257
Outros passivos correntes	13.9	137 571	130 135
		1 292 004	1 496 173
Total do passivo		2 317 066	2 550 619
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 899 207	5 953 920

Associação de Prom. Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De 31/12/2020 até 31/12/2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	9	545 663	536 006
Subsídios, doações e legados à exploração	13.10	1 553 589	1 552 041
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-142 536	-147 336
Fornecimentos e serviços externos	13.11	-397 483	-406 054
Gastos com o pessoal	11	-1 055 300	-965 030
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	13.15	0	0
Outros rendimentos	13.12	37 806	40 588
Outros gastos	13.13	-228 889	-176 666
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		312 850	433 548
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-93 909	-102 310
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		218 941	331 238
Juros e rendimentos similares obtidos	13.14	492	20 346
Juros e gastos similares suportados	13.14	-13 670	-13 759
Resultado antes de impostos		205 762	337 825
Imposto sobre o rendimento do período	13.8	-1 630	-1 367
Resultado líquido do período		204 132	336 458

Associação de Prom. Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

DEZEMBRO de 2020 e 2021

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		548 236	564 515
Pagamento de Bolsas		(95 018)	(119 852)
Pagamentos a Fornecedores		(673 385)	(514 998)
Pagamentos ao Pessoal		(744 613)	(691 617)
Caixa gerada pelas operações		(964 780)	(761 952)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		260	765
Outros recebimentos/pagamentos		1 225 402	1 496 928
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		260 882	735 741
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		(70 642)	(577 411)
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de :			
Juros e rendimentos similares		492	20 346
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(70 150)	(557 065)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		(51 831)	(157 887)
Juros e gastos similares		(13 670)	(13 759)
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(65 501)	(171 646)
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		125 231	7 029
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		823 861	816 832
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.5	949 092	823 861



Handwritten signature and initials, possibly "AF" and "A. J. M.", in the top right corner.

ANEXO 3 – Parecer do Conselho Fiscal

ACTAS

-----Ata número vinte e sete -----

Aos quinze dias do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, na sede da Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, reuniu o Conselho Fiscal, desta Associação para, ao abrigo do artigo 32º, número 1, alínea b) dos Estatutos, apreciar e dar parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direção referentes ao exercício de dois mil e vinte e um, com a presença dos senhores: Maria Emília Coelho de Pina, Pedro José Alves Amaral Freitas e Alexandre José Santos Bidarra, a fim de dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto único: Emissão de Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e um, apresentados pela Direção. -----

Em conformidade com o mandato que nos foi confiado e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, ao longo do exercício em apreço acompanhámos regularmente a evolução da atividade do exercício findo em trinta e um de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, da Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres.-----

No âmbito das suas atribuições o Conselho Fiscal examinou os registos contabilísticos, constatando a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Direção os esclarecimentos, informações e documentos solicitados bem como os correspondentes Anexos.-----

Lidos e analisados os Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Natureza, a Demonstração Individual de Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório de Gestão, permitiram uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, cumprindo assim as disposições legais e estatutárias em

ACTAS

vigor, sendo que as políticas e os critérios valorimétricos utilizados mereceram a nossa concordância. -----

Face ao exposto, este Conselho Fiscal delibera dar o Parecer Favorável sobre o Relatório de Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e um, propondo à Assembleia Geral que: -----

a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Natureza e dos Fluxos de Caixa e as correspondentes notas às Demonstrações Financeiras, apresentadas pela Direção, relativos ao exercício findo a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

b) Proceda à apreciação geral e aprove o Relatório de Atividades e Contas desenvolvido ao longo do exercício em análise; -----

c) Manifeste apreço e formule um voto de confiança à Direção, aos serviços e às entidades que contribuíram para o bom funcionamento da Associação. -----

Para constar se lavrou a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. -----

Manoel Luís Coelho de Jesus

Pedro José Alves Amaral de Freitas

Alexandre José do Santos Brito